



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

THAYANNE GUILHERME CALIXTO

**FEMINISMO, CIÊNCIA E REVOLUÇÃO: Narrativas de professoras ativistas do
Fórum de mulheres em luta da UFPB**

RECIFE

2021

THAYANNE GUILHERME CALIXTO

**FEMINISMO, CIÊNCIA E REVOLUÇÃO: Narrativas de professoras ativistas do
Fórum de mulheres em luta da UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Karina Alves Valença

RECIFE

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecário Danilo Leão, CRB-4/2213

- SC154 Calixto, Thyanne Guilherme.
Feminismo, ciência e revolução: narrativas de professoras ativistas do fórum de mulheres em luta da UFPB. / Thyanne Guilherme Calixto. – Recife, 2021.
93 f.: il.
- Orientadora: Karina Alves Valença.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.
Programa de Pós-graduação em Educação, 2022.
Inclui Referências e Apêndices
- 1.Narrativas – Movimento Feminista. 2. Fórum de Mulheres em Luta – Paraíba – UFPB. 3. Professoras. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Valença, Karina Alves. (Orientadora). II. Título.
- 370 (23. ed.) UFPE (CE2022-024)

THAYANNE GUILHERME CALIXTO

**FEMINISMO, CIÊNCIA E REVOLUÇÃO: NARRATIVAS DE PROFESSORAS
ATIVISTAS DO FÓRUM DE MULHERES EM LUTA DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre/a em Educação.

Aprovada por *videoconferência* em: 31/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Karina Mirian da Cruz Valença Alves (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco
[Participação por videoconferência]

Prof.^a Dr.^a Jeane Félix da Silva (Examinador/a Externo/a)
Universidade Federal de Alagoas
[Participação por videoconferência]

Prof.^a Dr.^a Anna Luíza Araújo Ramos Martins de Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco
[Participação por videoconferência]

Dedico esta pesquisa as companheiras do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e as duas mulheres da minha vida, Flora e Ana.

AGRADECIMENTOS

Amor é a palavra desta sessão. Palavra ressignificada inúmeras vezes no decorrer de três anos, trago aqui algumas pessoas que de modo particular ecoaram dentro de mim como uma força, me encorajando e comemorando ao meu lado, sofrendo comigo, segurando a minha mão. A todos vocês meu eterno amor e gratidão.

Flora, minha pequena fenômeno, eu estou aqui por nós, por você e por mim. Queria ter agradecido primeiramente a mim por ter acreditado, confiado e me reconstruído tantas vezes durante o curso de Mestrado, mas em todos esses momentos você esteve comigo, na barriga, dormindo, mamando, chorando, brincando e enquanto isso eu estudava (não é meu desejo romantizar situações que vivi, precisamos de rede de apoio e políticas efetivas!), mas quero agradecer primeiro a tua vinda, você é luz na minha vida, minha flor, meu amor.

Ana, a minha mainha, minha maior referência de força e amor. Obrigada por sempre estar ao meu lado, por todo apoio e amor dedicado a Flora, sem a sua ajuda essa pesquisa não seria possível. A vocês duas eu dedico todas as minhas conquistas.

Jobson, painho, obrigada por todo amor, dedicação e cuidado. Me sinto honrada em ser sua filha e gostaria de agradecê-lo por todas as palavras de conforto e encorajamento, “você consegue, minha filha é inteligente” (risos). Quero te dar muito orgulho!

Thiago, meu irmão e parceiro, obrigada por acreditar em mim, sem você essa pesquisa não seria possível. Te amo imensamente.

Vera e Carlinhos, meus amores, obrigada por todo apoio, força e demonstração de afeto. A vocês também dedico este estudo.

Suênia, Natália, Priscilla, Carol e Giordana, mães e pesquisadoras incríveis, vocês são inspirações para mim. Obrigada por todo amor, ajuda, força e, principalmente, por ocuparem as universidades. Esse espaço também é nosso!

Renato, meu querido amigo, você me decifra, me abriga, estende a mão e me leva a voos altos, eu queria te agradecer por todas as palavras de carinho, conforto e força. Essa pesquisa só foi possível graças a sua ajuda.

Nádia e Jeane, que felicidade tê-las conhecido. Obrigada por todas as trocas, pela presença em ciclos tão importantes de minha trajetória e por tudo que representam.

Swamy, obrigada pelo apoio ainda no processo seletivo, deixo aqui registr imenso carinho e agradecimento.

Agradeço as mulheres que participaram deste estudo. Me sinto honrada por conhecido e narrar um pedacinho de suas histórias. Essa conquista é nossa!

Sou grata ao Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, pelas experiências que vivi, pelas mulheres que conheci, por todas as conquistas deste movimento e por reunir a mulherada em marcha pra dizer que não aceitaremos mais machismo, racismo, lbtphobia ou qualquer forma de discriminação e violência na universidade. A universidade é nossa e a rua também!

Karina, minha orientadora tão querida, me sinto privilegiada por ter conhecido você e compartilhado um pouco da minha trajetória. Obrigada por todas as conversas, risos, força e troca de saberes ao longo desses anos. Estás marcada em minha memória e meu coração.

À todas as pessoas, citadas ou não citadas, que atravessaram a minha vida e fizeram dela mais feliz e potente. Obrigada amigas, amigos, amiges, amigxs, amig@s, vocês foram essenciais para este momento.

As rosas da resistência nascem do asfalto, a gente recebe rosa, mas a gente vai estar com o punho cerrado também falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas (Marielle Franco, 8 de março de 2018).

RESUMO

Este estudo dedica-se a contar a história de professoras ativistas do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, por meio de suas experiências narrativas. O Fórum de Mulheres nasce juntamente com a Greve Internacional das mulheres em 2017, que impulsionou discentes, docentes, técnicas-administrativas e mulheres que convivem na UFPB a se organizarem coletivamente. Para realização desta pesquisa utilizou-se a entrevista narrativa, através de vídeos-chamada pela plataforma virtual *Google meet*, em razão da pandemia da COVID-19, assim os encontros aconteceram entre os meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021. Como fruto das narrativas, a pesquisa teve como elementos principais de discussão: Mulheres na universidade; Movimento Feminista na universidade; e Política de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher na UFPB. Com isso, o capítulo intitulado “Feminismo e Docência nas Pesquisas Científicas” apresenta os estudos realizados nos últimos anos sobre temas ligados a esta pesquisa e o capítulo “Feminismo e Docência no Contexto Universitário” se debruça sobre as narrativas das professoras, na tentativa de contá-las, realizando incursões analíticas. Como principais achados, têm-se o atravessamento do feminismo na trajetória das professoras que passam a se organizar coletivamente no contexto universitário, a criação do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e do Comitê de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (CoMu), sob a Resolução 26/2018. Por fim, a experiência de narrar esteve presente em todo o estudo, seja sobre as histórias das professoras, como por meio de fragmentos da minha própria história, reafirmando que o pessoal é político.

Palavras-chave: Narrativas. Docência. Movimento Feminista. Fórum de Mulheres em Luta da UFPB.

ABSTRACT

This study is dedicated to telling the story of activist teachers from the UFPB's Womens Struggle Forum, through their narrative experiences. The Women's Forum was born at the same time with the International Women's Strike in 2017, which encouraged students, teachers, administrative technicians and women who live at UFPB to organize themselves collectively. To carry out this research, the narrative interview was used, through video calls by the virtual platform Google meet, due to the COVID-19 pandemic, so the meetings took place between the months of November 2020 to January 2021. As a result of the narratives, the research had as main elements of discussion: Women at the university; Feminist Movement at the university; and Policy for the prevention and confrontation of violence against women at UFPB. So the chapter entitled "Feminism and Teaching in Scientific Research" presents the studies carried out in recent years on topics related to this research and the chapter "Feminism and Teaching in the University Context" focuses on the narratives of the teachers, in an attempt to tell them, carrying out analytical incursions. As main findings, there is the crossing of feminism in the trajectory of the teachers who started to organize themselves collectively in the university context, the creation of the Forum of Women in Struggle at UFPB and the Committee for the Prevention and Confrontation of Violence Against Women (CPCVAW), under Resolution 26/2018. Finally, the experience of narrating was present throughout the study, whether about the teachers' stories, or through fragments of my own history, reaffirming that the political.

KEYWORDS: Narratives. Teaching. Feminist Movement. UFPB's Women in Struggle Forum

SUMÁRIO

1 EU, FEMINISTA	11
2 FEMINISMO E DOCÊNCIA NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS	19
2.1 Docente com causa: Construindo o Estado da Arte	22
2.2 Revolução na produção de conhecimento: O que nos dizem as pesquisas?	25
3 FEMINISMO E DOCÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	34
3.1 Vida, Marias	38
3.2 As mulheres da UFPB vão às ruas	52
3.3 Por uma política feminista na UFPB	68
4 NÓS, FEMINISTAS	80
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	92
APÊNDICES	93

1 EU, FEMINISTA¹

I. Dar à luz

Lembro como se fosse hoje...

Acordei.

Sonhei que estava sentindo contrações e tinha entrado em trabalho de parto.

Comecei a sentir uma cólica leve, aliviava e começava de novo, aí eu fui percebendo que não era um sonho. Falei com minha doula e começamos a observar o ritmo das contrações.

A bolsa estourou e minha doula percebeu que o líquido estava esverdeado.

Mainha, Ana e eu corremos para a maternidade. Depois disso...

Dilatação 5 centímetros.

Dor.

Meu corpo tentando se ajustar à cadeira, as mãos com partículas de suor, arrepios na espinha, os cabelos assanhados num coque, a bata marrom sob o meu corpo dormente pelas contrações. O olhar de Ana conversava com o meu, me dizendo - você consegue!

De repente sinto algo puxar de dentro para fora, uma vontade incontrolável de fazer força de novo, de novo, de novo.

Mainha saiu correndo pela maternidade “minha neta vai nascer” e em pouco tempo tinha uma equipe ao meu redor, o momento se aproximava, você queria vir ao mundo.

Força... - dizia a enfermeira à minha frente - mais uma vez...

Grito.

Estou cercada de mulheres e essa visão aquece o meu coração, posso sentir que por um instante estamos todas juntas.

Meus olhos te encontraram e em poucos instantes te colocaram em meus braços, coberta de sangue, com o cordão umbilical ainda pulsando, nossos corações estavam ligados, nossas almas conectadas, e em fração de segundos a sensação de que o tempo parou quando te conheci.

Pequenina, de pele macia, rosto inchado e cabelos pretos.

Ocitocina.

Ainda éramos uma, a placenta permanecia dentro de mim.

Sinto um líquido morno descer por entre as pernas, era a tua antiga casa.

Você começa a chorar, é tirada dos meus braços e levada para uma sala e eu sou posta em uma cadeira de rodas para ser levada a outro cômodo.

Existem marcas profundas fincadas na carne e na alma que gritam em silêncio, presas como um nó na garganta e que estão a todo momento buscando brechas para escapar. Eu tardiamente encontrei nas palavras o escape necessário para externalizar experiências que me atravessaram durante a vida, peço licença para contar fragmentos de minha história inspirada nos antigos sábios e convido os leitores e leitoras a imaginar que estamos a prosear na varanda de uma casa grande. Feito isso, a memória escolhida para iniciar este estudo custou-me muito,

¹ Título “Eu, feminista” utilizado também na Introdução do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia intitulado “Mulheres empoderadas? Um estudo sobre protagonismo discente no curso de Pedagogia” incorporado nesta pesquisa em razão dos atravessamentos que me constituem como mulher e pesquisadora.

não poderia ser diferente ao se tratar de um estudo sobre mulheres feministas, o qual introduzo com o momento em que dei à luz a uma nova mulher.

Parir foi como um divisor de águas da mulher que costumava ser para uma nova mulher, ambas mutáveis e em constante transformação. No entanto, hoje ocupo um lugar de fala diferente, o que para mim antes era lutar pelo direito das mulheres, pelo nosso direito de viver e ser livre, é também a luta por uma sociedade mais justa para a minha filha que nasceu em uma sociedade machista, que legitima ações contra nossos corpos e almas. Minha luta diária também saiu de dentro de mim. A memória de um parto que me parece algo tão belo e feroz abre espaço para sentimentos de medo, inseguranças e dor, sobretudo, frente à onda reacionária que vem se alastrando pelo país nos últimos anos, reiterando que a luta não findou, ao contrário, há um longo caminho para alcançar uma sociedade minimamente mais justa para todas as pessoas.

Narrar essa experiência me atravessa de modo particular, a começar pelo desafio de colocar na linguagem processos pessoais, políticos e emocionais; seguido do desafio de tentar me aproximar de tradições orais que ouvi falar na infância, como quando minha avó (nascida em 1936) dizia “no meu tempo respeitavam os mais velhos”, ela constantemente se referia a autoridade que era conferida a velhice, em que os jovens se sentavam para ouvir os mais velhos, suas histórias, conselhos e pediam a “benção”. Walter Benjamin (1994) no texto “Experiência e Pobreza” fala sobre nossa inexperiência de contar uma história e desaparecimento da figura do narrador. Benjamin inicia contando a parábola de um senhor que ao morrer deixou para seus filhos um tesouro guardado nos vinhedos, mas que só fora descoberto tempos depois, quando não mais jovens perceberam que o tesouro se tratava do trabalho na terra que seu pai havia deixado de herança, melhor dizendo, a compreensão se deu com o acúmulo de experiências. A história contada por Benjamin imediatamente me leva as história de minha avó, que tinham por essência uma ou mais lições e, talvez, somente com essas reflexões eu tenha alcançado o discernimento das riquezas proferidas por ela.

Além disso, se eleva o sentimento de inexperiência de contar uma história, questionamento feito por Benjamin (1994, p. 114) “Que moribundos dizem hoje palavras duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?”, o filósofo no ensaio “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” traz as figuras do camponês sedentário e do marinheiro comerciante como narradores tradicionais; no camponês temos o sujeito que fincou raízes em uma terra, transmitindo tradições, histórias que são suas e histórias que lhe foram contadas, de geração em geração.

Neste cenário têm-se o trabalho manual como principal eixo entre o sábio e o aprendiz, visto que o jovem aprende o ofício de artesão na prática assim como a arte de contar uma história. No tocante ao marinheiro comerciante, suas histórias descrevem aventuras e experiências de viagens por lugares distantes e diferentes; ambas as figuras têm em comum a arte de narrar, conservando características originais no decorrer dos séculos, até seu desaparecimento que cede lugar à produção de novas narrativas.

Benjamin (1994) apresenta Nikolai Leskov como alguém que apresenta traços simples e profundos que o aproximam do narrador, que segundo ele está em vias de extinção e “por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo distante, e que se distancia ainda mais” (p. 197). Para o autor, a praticidade consiste em uma característica das narrativas, vista nas lições, moral da história ou aprendizado que as parábolas e histórias carregam, em síntese, para ele o narrador é alguém que sabe aconselhar e “o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria _ o lado épico da verdade _ está em extinção”. No ensaio, Benjamin (1994) faz incursões acerca de alguns contos do Leskov, que tem como personagem principal o justo, definido como sujeito simples que se faz santo.

Benjamin (1994) aponta alguns elementos que contribuíram para a morte da narrativa e o fim do narrador tradicional, são eles: a Guerra mundial e os adventos da Modernidade. A guerra trouxe marcas profundas, fincadas na carne e na mente de quem esteve nos fronts, resultando na ausência de experiências comunicativas de quem viveu o indizível. Benjamin observa que muitos livros foram publicados sobre a guerra, mas que diferiam da “experiência transmitida de boca em boca” (p. 198) visto que os combatentes voltaram emudecidos dos campos de batalha. Quanto ao projeto de Modernidade, está localizado na ideia de progresso e racionalidade do Estado, ao passo que visa unir razão, ciência e filosofia. A emergência por viver a modernidade produz também um novo sujeito, novas linguagens e modos de vida, ao passo que rejeita aquilo considerado velho, antigo ou em outras palavras, humano.

Para Benjamin (1994) a ideia de modernidade reconfigurou tradições, retirando os narradores natos e introduzindo os romances modernos, *short-story*² e jornais, quanto ao jornal ele dispunha de mais informações, contribuiu com a desvalorização da vida comum. Eder Amaral (2013) se debruça sobre as reflexões de Benjamin acerca da experiência e vida urbana, em que os avanços tecnológicos criam um distanciamento social, na medida em que as

² Tradução: conto. O conto consiste em uma narrativa fictícia, possui características como narrador, personagens e enredo.

experiências partilhadas se deslocam para as experiências individuais decorrentes do rodo cotidiano. Nesta perspectiva, como efeito da modernidade têm-se o desaparecimento da figura do narrador tradicional e atualmente a incapacidade de contar experiências, de dizer sobre elas, ao passo que jornais se aproximam do novo cenário urbano e moderno.

Para o autor, o romance – oriundo da modernidade - consiste no primeiro sinal de morte da narrativa, visto que se distancia da tradição oral e tem como marca o individualismo, como aponta Benjamin (1994, p. 201) “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado”, neste último, tem como efeito a inexperiência de aconselhar, sabendo que está provém da sabedoria, assim, a morte da narrativa caminha junto o apagamento da experiência.

Além disso, Benjamin (1994) apresenta a informação como parte do declínio das narrativas, na qual, “ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance” (p. 202), de acordo com o autor difere da narrativa quando traz no cerne da informação as explicações sobre o fato, ao passo que a narrativa sem explicações possibilita diferentes reflexões acerca do acontecimento. Para demonstrar a diferença o autor descreve uma história contada pelo primeiro narrador grego, Heródoto, sobre a captura do rei egípcio Psammenit que foi derrotado e como forma de humilhar seu prisioneiro, o rei persa Cambises exibiu a filha do rei egípcio que fora transformada em serva, mas este não emitiu nenhuma reação, em seguida expuseram o filho levado em cortejo para ser executado, novamente o rei não emitiu reação, por fim, mostraram-lhe um dos servidores de seu reino como cativo, ao contrário dos demais, esta visão causou desespero no rei egípcio. Neste sentido, fica a questão “Por que o rei emitiu reação ao ver o servidor e não os filhos?”. A arte de contar histórias, neste sentido, está relacionada a atemporalidade, visto que o conto dos reis fornece reflexões até os dias atuais.

Benjamin ressalta que o narrador tem como sua matéria a vida humana e segundo Bruner (1991 *apud* Galvão, 2005, p. 328) “organizamos a nossa experiência diária e a nossa experiência de acontecimentos humanos principalmente sob a forma de narrativa”. Para Nikolai Leskov “o grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais” (BENJAMIN, 1994, p. 214) no entanto, apesar de coletiva, são poucos aqueles que possuem a arte de narrar. Pensando-a como um ofício, temos na figura do camponês um exemplo de narrador tradicional, suas experiências se fazem no trabalho manual e as mãos simbolizam a construção do vivido e dito. Assim, existe uma relação entre narrador e sua matéria prima, a

vida humana, questionamento de Benjamin (1994) “Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único?”

Neste estudo, o desejo por experienciar a faculdade de narrar, oriunda da minha própria experiência e de outras pessoas, consiste no elemento primeiro e central, tendo em vista que nossas vidas foram atravessadas pelo mesmo espaço e movimento, qual seja, o feminista. Assim, cabe dizer que as experiências que tive na vida foram determinantes para minhas escolhas de pesquisa, seja no trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como na construção da presente pesquisa, em que me sinto inteiramente implicada por ambas. Inicialmente pelo *locus* tratar-se do Fórum de Mulheres, que marcou de modo especial minha trajetória. Recordo da primeira plenária no auditório do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, fui com colegas do curso de graduação e à primeira vista é muito belo o abrir da porta, porque entre as mulheres vamos encontrando rostos conhecidos, além da sensação de conforto, força e felicidade em ver outras colegas na luta.

Neste período eu integrava o Diretório Acadêmico de Pedagogia - DAPed do Centro de Educação - CE/UFPB, gestão Diálogos e Movimento (2017-2018), ao passo que ia me aproximando de outros espaços coletivos me envolvi na construção do Fórum, na época chamávamos de Articulação das Mulheres da UFPB, recordo que a consolidação desse movimento aconteceu despretensiosamente, as primeiras plenárias eram destinadas a construção da agenda de luta do 8M nos *campi* da UFPB. Naquele momento o desejo de transformação que existia em mim foi potencializado pelo movimento estudantil e feminista, escolas vivas dentro da minha formação profissional e de autoconhecimento, e parafraseando uma fala da minha orientadora *a história das mulheres é uma história de luta política e tem mulheres que vão se fazendo politicamente mulheres*, me vejo imersa neste processo de (re)construção como mulher, aquela que fui, a que sou e que me tornarei.

Minha história com o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB inicia então com a construção do 8M de 2017, fortalecida nas plenárias, encontros com as companheiras e eventos, alguns deles marcando minha trajetória de modo singular, a exemplo do II Seminário Mulheres e Universidade: juntas contra o racismo, o machismo e a LBTfobia, realizado em 2018, em que me envolvo diretamente na organização do encontro e participação nas atividades, além do sentimento de construção coletiva com outras mulheres que se movem para a transformação do espaço universitário, nos unindo e nos fortalecendo. Outro momento muito importante foi a participação no XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, realizado em 2018, em que junto a outras colegas refletimos

sobre a experiência do II Seminário Mulheres e Universidade na UFPB, sua construção e impactos nos espaços e sujeitos. Para além dos exemplos, o Fórum me possibilitou inúmeras vivências, constituindo-se na minha primeira experiência de auto-organização feminista.

Outro conceito presente no estudo consiste no gênero, debatido por Joan Scott (1995, p. 86) como um “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, não se reduzindo a papéis e funções direcionadas a mulheres e homens, mas englobando instituições, símbolos, linguística e representações culturais. A autora realiza as discussões sobre gênero dentro do campo de atuação feminista, bem como Dagmar Meyer (2003, p. 14), o uso do gênero como uma categoria analítica ganha visibilidade quando “um grupo de estudiosas anglo-saxãs começariam a utilizar, então, o termo *gender*, traduzido para o português como gênero, a partir do início da década de 70”, sendo ressignificado pelas teóricas feministas pós-estruturalistas, a exemplo Joan Scott e Guacira Lopes Louro. À vista disso, no âmbito deste estudo o gênero é compreendido como um produtor e regulador de corpos, movendo-se no interior das instituições sociais, normas, práticas, linguagens, símbolos etc., e com isso, atravessando os modos de vida.

Assim, com todas essas implicações, faço uma tentativa de narrar costurando a história do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB com as histórias contadas de três docentes feministas da UFPB, dos *campi* I e IV, lotadas em cursos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, bem como, alinhavando as minhas próprias experiências narrativas. Os critérios de escolha para as três participantes consistiram em: ser docente na UFPB e integrar o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB desde o início do movimento; no tocante a quantidade de participantes, alguns fatores foram determinantes nesta escolha, como o atravessamento da maternidade no início do curso de Mestrado e pandemia mundial da COVID-19, a primeira causa ressignificando minha vida e a segunda mudando os rumos da pesquisa. Pensando nos caminhos que me levaram as participantes, elenco o Fórum como principal responsável por estreitar meus laços com outras mulheres, entre elas a primeira participante deste estudo, a qual partilhei muitos momentos e que foi fundamental para a construção desta pesquisa e encontro com as demais participantes, esse movimento é conhecido como técnica de snowball (BIERNACKI; WALDORF, 1981) que consiste em uma entrevistada indicar outra.

Além disso, neste estudo, fiz uso da pesquisa narrativa, que segundo Santuza Silva e Karla Pádua (2010, p. 111) “é antes de tudo uma forma de apreender as experiências subjetivas do/a entrevistado(a), sem a limitação de perguntas e respostas da entrevista tradicional”, para isso, o roteiro contém apenas uma “questão gerativa”, cuidadosamente pensada para orientar

a(o) entrevistada(o) em sua narrativa. Os encontros foram realizados através de videochamadas (plataforma do *Google Meet*) entre os meses de novembro de 2020 e janeiro de 2021, as entrevistas tiveram duração de 30 minutos a 1 hora. As transcrições das narrativas foram realizadas após cada encontro, ao final realizei incontáveis leituras, grifos, análises e, por fim, a costura das narrativas no texto. Este último, aconteceu entre os meses de março e julho de 2021.

Cabe destacar que o estado de calamidade pública provocado pela pandemia da COVID-19 comprometeu o andamento da pesquisa, seja pelos danos na saúde mental, como, também, por inviabilizar etapas da pesquisa, como a realização dos encontros presenciais com as participantes, que precisou ser adiado e somente retomo no último trimestre de 2020. As necessárias restrições de locomoção e a falta de contato próximo com as pessoas, foram fatores desestabilizantes, não só o medo do contágio da COVID-19 foi nefasto, mas toda essa carga de perda e sofrimento que o envolveu. Segundo informações do Consórcio de Imprensa³, até o presente momento, considerando a última atualização realizada às 20h do dia 25/07, o Brasil contabiliza a terrível marca de 549.999 mortos e 19.685.616 casos confirmados. Todas essas vidas perdidas, demonstram não só a nocividade do vírus, mas também a ineficiência do poder público diante de tamanha tragédia.

No mais, nesta pesquisa, a experiência está posta como elemento central, uma vez que as subjetividades na pesquisa incluem histórias de vida, narrativas e valorização da experiência. Existe uma vontade de narrar e experienciar a tradição oral que cruza meu eu professora, pesquisadora, mãe e feminista, no qual, durante a escrita desta dissertação me envolvo em diferentes formatos de histórias, de dizeres sobre experiências, iniciando os capítulos com relatos que foram me constituindo como mulher. Outra escolha neste estudo consistiu na escrita em primeira pessoa do singular, como uma forma de afirmar meu lugar de fala enquanto autora e feminista, o qual, me apoio nas concepções de estudiosas feministas que se valiam deste lugar como afirma Guacira Louro (2016) ao dizer que as pesquisadoras assumem essa identidade de escrita e passam a pesquisar objetos de seu interesse, abordando temas ligados ao lugar social da mulher. Assim, com ousadia e apoio da minha orientadora, assumo o “Eu, feminista” no âmbito desta pesquisa, enfatizando que o “eu” se constrói pelas vozes de diferentes mulheres que seguraram a minha mão transformando o singular em plural, agora não mais “Eu” e sim “Nós”.

³ Consórcio de Veículos de Imprensa formado por Folha, UOL, O Estado de S., O Globo, G1 e Extra.

Por fim, apresento a organização do texto para nortear leitoras e leitores. A presente dissertação possui quatro capítulos, a começar pelo “Eu, feminista” (capítulo atual), no qual trato os principais elementos da pesquisa, escolhas e caminhos traçados; no segundo capítulo, intitulado “Feminismo e Docência nas Pesquisas Científicas” apresento um levantamento realizado em cadernos, catálogos de revistas e fóruns de debate que se aproximem do tema deste estudo; já no capítulo “Feminismo e Docência no contexto universitário” apresento as narrativas das participantes, promovendo diálogos com autoras e autores das áreas abordadas; e no último capítulo, intitulado “Nós, feministas” teço considerações sobre a realização da pesquisa e seus principais apontamentos.

2 FEMINISMO E DOCÊNCIA NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS

II. Infância

No centro da cidade, em um daqueles prédios antigos com as paredes úmidas e a pintura gasta pelo tempo, estávamos reunidas em círculo, apoiando nossos corpos em cadeiras pouco confortáveis, com diferentes expressões faciais, alguns olhares, afinidades, curiosidade, todas pulsando de expectativas e anseios para saber, saber sobre e saber com. Uma a uma, aos poucos todas fomos apresentadas, depois formamos grupos para conversar sobre “mulher e violência”. Eu e meu grupo sentamos na escada que dava acesso ao prédio. À medida que íamos conversando, acontecimentos trancados a sete chaves na memória começaram a ganhar forma e som no pensamento, mãos geladas e úmidas, pupilas dilatadas e nó na garganta, comecei a descrever a noite que estava brincando de esconde-esconde com meus primos e primas, a lua estava esplêndida iluminando o céu junto às estrelas, o vento era frio, ouvia-se o barulho dos sapos escondidos na noite e o zumbido dos insetos. Corríamos para nos esconder. Passei pela garagem e de repente ouço uma voz, era do “tio Zé”, o senhor amigo da madrinha que sempre estava sorridente e levava doces para nós, ele me chamou e perguntou se eu queria ganhar 1 real, imediatamente disse sim, então ele me chamou para perto e quando me aproximei o tio me pôs no braço, me senti mal, recordo o gosto amargo na boca, pedi para descer, ele começou a levantar a minha blusa - era uma das minhas favoritas, a cor era vermelho com um desenho branco de uma menina - ele continuo tentando levantá-la e comecei a me debater pedindo pra me soltar, ele fez “Shhhhh”, para que eu fizesse silêncio, tentou encostar a boca no meu corpo, elevei a voz e ele finalmente me soltou. Sai correndo e me escondi no quarto da prima, sozinha, assustada, sem entender aquele sentimento. Ao final do relato, as companheiras do círculo também relataram situações de violência sexual vividas na infância e adolescência até os dias que se seguiram. Um dos relatos tinha como agressor o primo de uma delas, mas ao relatar a família a acusou de mentir, punindo-a e abafou o abuso.

A narrativa que introduz este capítulo diz sobre um assédio sofrido na infância que deixou marcas profundas e só depois de muito tempo fui capaz de colocar na linguagem, processo que julgo importante para retirar dos ombros a culpa pelo abuso, pois necessito voar assim como a personagem Pupa da autora Elena Ferrándiz (2011) que desde pequenininha usava um casaco abrigando seus medos, com o passar do tempo seus medos se tornaram tantos que o casaco ficou muito pesado e ela já não conseguia mais sair, foi então que se encheu de coragem e libertou-se do casaco de medos, transformando-se em uma borboleta. Vivenciar um encontro exclusivamente de/para mulheres me trouxe um misto de sensações, tímidas eu confesso, mas que naquele momento foram essenciais para que eu me sentisse segura e acolhida e nesse momento, cercada de mulheres que me livrei do casaco de medos que encobria esse acontecimento e pude externalizar uma experiência que não é só minha, mas que reflete a condição de meninas e mulheres numa sociedade culturalmente machista.

À vista disso, grupos feministas e/ou espaços compartilhados por mulheres, habitualmente, acolhem com mais empatia e livre de julgamentos os relatos de violência, sexismo e assédio (de vários tipos), construindo um espaço de partilha para mulheres que são cotidianamente silenciadas e culpabilizadas em ambientes conversadores. Este silenciamento surge como motivação primeira para a incorporação desta narrativa no texto, visto que nós (meninas e mulheres) continuamos como números vazios nas estatísticas de assédios, abusos e violência do país, mostrando quão importante é colocar na linguagem e, sobretudo, como uma forma de denúncia ao encobrimento social e silenciamento das violências cometidas contra crianças e adolescentes.

Segundo uma matéria publicada no Childhood Brasil⁴, entre 2011 e 2017 o Disque 100 registrou 203.275 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, estima-se que apenas 10% dos casos de abusos são denunciados às autoridades legais. O Ministério Público do Paraná publicou em maio de 2020 que a cada hora três crianças ou adolescentes são abusadas no Brasil, de acordo com a matéria o ano de 2018 registrou o maior índice desde 2011, ano em que os agentes de saúde passaram a computadorizar os atendimentos. Foram registradas 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade, sendo 13.418 de abuso sexual e 3.675 de exploração sexual.

Em 2019, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos houve um aumento de quase 14% nos abusos contra crianças e adolescentes quando comparado a 2018, registrando 86,8 mil casos de violações de direitos e 11% referentes à violência sexual. Segundo levantamento, 73% dos abusos acontecem na casa da vítima ou suspeito, sendo 40% das denúncias contra pais ou padrastos. Esses índices apontam a necessidade de combate e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, sendo a educação sexual um caminho para que crianças possam identificar situações desconfortáveis e limites no tocante ao corpo, além da criação de canais e abertura para que adolescentes possam dialogar sobre situações de violência. Neste sentido, a educação sexual defendida considera todas as dimensões do sujeito, combatendo todas as formas de discriminação no contexto escolar, como aponta Jimena Furlani (2008) ao tratar as abordagens contemporâneas da educação sexual, tendo na Teoria Queer o

⁴ Em caso de violência contra crianças e adolescentes disque 100. Matérias disponíveis em:

<<https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil>>

<<http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>> <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>>

combater às várias formas de discriminação, incluindo as aprendizagens das diversas identidades, sem priorização. Sobre isso o livro de conteúdos “Gênero e Diversidade na Escola” ressalta a existência de

uma grande ansiedade em relação a um tipo de educação sexual que leve crianças, adolescentes e jovens a aceitarem comportamentos que, para as convicções pessoais de muita gente, continuam sendo condenáveis, contrários ao desenvolvimento sadio, e que deveriam permanecer recolhidos à intimidade. Muita gente vê nisso uma ameaça à família, aos valores morais, à própria vida em sociedade. É preciso questionar esta visão, e refletir sobre como o silêncio em relação a situações de discriminação por preconceito e violência de gênero contribui para a reprodução de uma ordem desigual e injusta. (BRASIL, 2009, p. 141)

No que se refere aos direitos das crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA por meio da lei n° 8069 de 13 de julho de 1990 emerge como um documento oficial que reconhece crianças e adolescentes como cidadãos de direitos, de acordo com Márcia Costa (2000) o Brasil foi o primeiro país da América Latina a formular uma redação específica para crianças e adolescentes, por um lado apoiando-se na concepção defendida na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e aprovada em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, por outro a aprovação ocorreu por pressão dos movimentos sociais em conjunto com a sociedade civil e instituições que entraram em defesa das crianças e adolescentes. Quanto ao que está disposto na lei, o Art. 3 ressalta os direitos fundamentais da criança e adolescente, “assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, p. 1).

Seguido desta narrativa que me toca profundamente, apresento os elementos que compõem este capítulo, o qual me debruço sobre as produções de conhecimento científico acerca da relação docente com ativismo/militância. Dividido em dois tópicos, são eles: “Docente com causa: Construindo o Estado da Arte” que trata sobre o Estado da Arte como uma ferramenta metodológica e as principais características da realização do Estado da Arte sobre o tema da pesquisa e o segundo tópico intitulado “Revolução na produção de conhecimento: O que nos dizem as pesquisas?” descreve as pesquisas encontradas com a realização do Estado da Arte, os principais resultados, possíveis semelhanças e distanciamentos e as contribuições para a presente pesquisa.

2.1 Docente com causa: Construindo o Estado da Arte

Nos últimos anos na pesquisa educacional brasileira uma série de trabalhos com o tema Docência de mulheres e Ativismo/Militância foram realizados. Neste tópico, apresento um levantamento de pesquisas com recorte temporal dos anos 2014 a 2020, presentes nos registros do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a presença do tema em fóruns de discussão acadêmica, como as reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Revista Estudos Feministas vinculada a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e na Biblioteca Digital *Scientific Eletronic Library Online* - SciELO.

Esse procedimento é chamado de Estado do conhecimento (ou Estado da Arte), no qual auxilia pesquisadores/as a estabelecer os primeiros contatos com pesquisas em determinada área e tema, localizando e reunindo o arcabouço de seu interesse, além de visualizar o que ainda não foi produzido (NORMA FERREIRA, 2002). No artigo “As pesquisas denominadas “Estado da Arte” de Ferreira (2002) a autora discute os caminhos deste procedimento de pesquisa e função dos catálogos como fonte documental e mapeamento da produção científica. A autora afirma que nos últimos vinte anos ocorreu um crescimento na produção acadêmica-científica, ocasionando a emergência de um espaço para reunir as pesquisas dos diversos programas de pós-graduação, no qual, as fontes básicas de pesquisadores e pesquisadoras têm se constituído em “catálogos de faculdades, institutos, universidades, associações nacionais e órgãos de fomento da pesquisa” (FERREIRA, 2002, p. 259).

Além disso, fatores externos também motivaram a criação desse espaço, como afirma Ferreira (2002) sobre a percepção da sociedade da universidade como prestadora de serviços, a autora acrescenta que a universidade “deixa de ser instituição social para ser vista como organização social” e por isso, torna-se um instrumento sujeito a avaliações com base em resultados, eficácia e sucesso. Todavia, como uma escolha neste trabalho, avanço a discussão no tocante ao “Estado da Arte” como uma ferramenta para auxiliar pesquisadores e pesquisadoras que se interessam por conhecer sobre seu objeto, o que foi dito e não dito.

Assim, a busca pelo saber e pelo conhecimento são algumas motivações que levam pesquisadores/as a se debruçar sobre catálogos e fontes documentais com a finalidade de conhecer o que dizem sobre determinada área de conhecimento, caminho que iniciei no segundo semestre do Mestrado como cumprimento da atividade Estudos Individualizados. Iniciei o levantamento das pesquisas em abril de 2019, retomando as buscas em julho de 2021 adicionando os anos 2019 e 2020, a fim de atualizar os dados referentes aos trabalhos voltados

para o tema. No processo de investigação utilizei as palavras-chave: docência, ativismo, militância e feminismo, selecionando as pesquisas que mais se aproximavam dos marcadores utilizados com base nos títulos, resumos e sumário das pesquisas, seguido do preenchimento do quadro informativo.

Ferreira (2002) ressalta que os catálogos apresentam informações acerca da pesquisa, possibilitando identificar os elementos centrais, a começar pelos títulos que são os identificadores primeiros da existência da pesquisa, possuindo diferentes características como: curtos, subjetivos, objetivos, etc. No entanto, são necessárias maiores informações para a compreensão do todo, assim insere-se o resumo “com a finalidade de divulgar com mais abrangência os trabalhos produzidos na esfera acadêmica” (FERREIRA, 2002, p. 262). Os resumos ocuparam diferentes espaços no corpo do texto, seja nas considerações finais como nas páginas pré-textuais, passam a compor os catálogos com base nos critérios dos mesmos, com a versão original modificada ou não, a depender das informações definidas.

Neste sentido, no primeiro momento os trabalhos foram selecionados a partir dos títulos correspondentes às palavras-chave utilizadas nas buscas, seguido de leitura dos resumos. Ao final, 25 (vinte e cinco) pesquisas foram selecionadas, sendo 6 teses, 17 dissertações e 2 artigos, uma das dissertações foi publicada em formato de artigo na página da SciELO e desconsiderada por ser o recorte de uma dissertação que compõe o levantamento. Após a leitura na íntegra restaram apenas 11 pesquisas, compostas por 7 dissertações, 2 teses e dois artigos. Abaixo segue quadro geral do levantamento:

Quadro 1: Levantamento de Pesquisas

Autora	Título/Ano	Área de Conhecimento	Nível	Instituição/Região
Erbenia Maria Girão Ricarte	Narrativas da professora Ruth Cavalcante: Lições de educação, de militância e de exílio no período de 1960 a 1980/2018	Educação	M	UFC/Fortaleza-CE
Vitória Chérida Costa Freire	Maria Luiza Fontenele: Educação e inserção política/2017	Educação	M	UEC/Fortaleza-CE
Maria da Conceição	De luta e de letra: A contribuição do sindicato dos trabalhadores em educação	Educação	M	UERN/Mossoró-RN

Fernandes de França	pública do RN para a formação docente nas vozes das professoras militantes/2015			
Zulma Viviana Lenarduzzi	Generaciones de professoras sindicalistas argentinas: Fragmentos de História (1984-2016)/2017	Educação	D	UFMG/Belo Horizonte-BH
Zamara Graziela Pinheiro de Oliveira	O olhar de professoras militantes negras sobre a educação antirracista e implementação da Lei 10.639/03/2017	Educação	M	UFRJ/Rio de Janeiro-RJ
Treyce Ellen Silva Goulart	Narrativas entrecruzadas de professoras negras: Trajetórias, pactos políticos e prática docente/2016	Educação	M	FURG/Universidade Federal do Rio Grande-RS
Márcia Klumb	Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: O que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?/2015	ANPed	-	UFSC/Florianópolis-SC
Maristela Rosa Norberto Dallabrida	Uma mulher de vanguarda: trajetória social de Eglê Malheiros/2014	Revistas de Estudos Feministas	-	UFSC/Florianópolis-SC
Karoliny Mendes	A valorização da mulher docente na pauta sindical/2019	Educação	M	UFPR/Curitiba-PR
Patricia Karla Soares Santos Doroteio	Feminismo, Redes sociais e Modos de vida: a experiência militante de jovens professoras/2020	Educação	D	UFMG/Belo Horizonte-MG
Almir Mariano da Silva	Trajetória docente de Nildes Alencar Lima: memórias do autoritarismo militar e da luta pela anistia (1964-1979)/2020	Educação	M	UFC/Fortaleza-CE

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, ANPed e Revista de Estudos Feministas (abr, 2019/jul, 2021)

Algumas características puderam ser previamente observadas, tais como: as pesquisas foram realizadas entre 2014 e 2020, com aumento em 2017; as pesquisas, em sua maioria, foram escritas por mulheres, com exceção de duas dissertações e um artigo em parceria com um autor; as pesquisas se dividem em: estudos biográficos e práticas docentes, com foco na docência e

militância; muitas pesquisas tributárias da militância negra, de mulheres negras e do movimento sindical. No tópico abaixo, apresento as pesquisas e seus principais elementos.

2.2 Revolução na produção de conhecimento: O que nos dizem as pesquisas?

Neste tópico reúno as pesquisas, descrevo-as com ênfase nos objetivos, metodologias utilizadas e principais resultados. Como forma de aproximar a discussão levantada sobre o Estado de Arte no tópico anterior, início o detalhamento com um artigo que se debruçou sobre a participação de professoras no sindicato docente através de pesquisas publicadas na plataforma da CAPES, segue abaixo.

O artigo intitulado “Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: O que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?” da autora Márcia Klumb (2015) apresentado na ANPED, teve como objetivo investigar o uso do conceito de gênero na produção sobre sindicalismo docente realizada em Programas de Pós-graduação da área de Ciências Humanas. A metodologia utilizada consistiu na coleta de pesquisas contendo as palavras-chave gênero e sindicalismo docente no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, obtendo oito pesquisas no total, sendo duas teses e seis dissertações. O conceito de gênero surgiu em dois vieses, um primeiro explorando o gênero nas ações protagonizadas por docentes e outro sobre a atuação das mulheres na organização docente. Outra questão investigada pela autora consistiu nas motivações das docentes para compor sindicatos, para isso ela utiliza a tríade do autor Guerrero Séron (1991) que elenca três motivações para a integralização, são elas as de caráter instrumental, ideológico e solidário, a primeira trata-se dos interesses individuais, a segunda sobre os posicionamentos políticos-ideológicos e a terceira motivação pela defesa do coletivo. Do mesmo modo investigou as razões para a não filiação, algumas consistiram em má imagem da luta sindical, falta de organização, fins políticos e por não ver resultados. Nas considerações da autora chama-se atenção para o fato de que as mulheres compõem maioria no sindicato docente e que as questões de gênero estão entrelaçadas a esse contexto, e que precisam ser consideradas como determinantes nas posições ocupadas, pois apesar de integrar sindicatos e engrossar a luta docente as mulheres continuam sub-representadas nos cargos de poder (ou gerência). A pesquisa intitulada “A valorização da mulher docente na pauta sindical” escrita por Karoliny Mendes caminha na mesma direção ao investigar a relação entre o sindicato docente do Paraná com as professoras, como o sindicato incorpora a feminização da carreira docente como elemento de análise, pautando e colocando nas ações do movimento sindical. A autora reforça que apesar de urgente e necessário, o modelo com o qual os sindicatos continuam

operando não contempla a diversidade dos grupos, a exemplo mulheres, pessoas negras e LGBT+.

A autora Erbenia Ricarte em sua pesquisa de Mestrado intitulada “Narrativas da professora Ruth Cavalcante: Lições de educação, de militância e de exílio no período de 1960 a 1980” (2018) objetivou refletir sobre história e memória da educação nos âmbitos regional e nacional a partir do relato da professora Ruth Cavalcante. Sobre isso, a autora ressalta que “é na história vivida que se apoia a memória. A “nossa” memória é coletiva, vivenciada” (RICARTE, 2018, p. 31) e por isso ela diz não apenas sobre o “eu”, mas sobre “nós”, sobre tempo/espaço, sobre memórias coletivas de um grupo que vivenciou determinado período, é sobre sociedade e os modos como somos atravessados pelas experiências vividas. Com isso, a metodologia escolhida pela autora consiste em histórico-autobiográfica, na qual fez uso de fontes orais, escritas e imagéticas, além de utilizar como instrumento metodológico a entrevista semiestruturada. Ao descrever a trajetória de Ruth Cavalcante, Ricarte (2018) passeia sobre sua infância no interior de Fortaleza, a trajetória escolar e os modos como subverteu a lógica da educação da época ao inserir-se no movimento Juventude Católica e posteriormente no partido político Ação Popular, como professora sua base epistemológica fundamentou-se em Paulo Freire e compôs o conjunto de professores e professoras do Movimento Educação de Base - MEB com aulas radiofônicas durante dois anos, integrou o Diretório Central dos Estudantes - DCE da Universidade Federal do Ceará - UFC, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB e movimentos sociais. No dia 1 de abril de 1964, acordou diante do Golpe militar e “início” da perseguição aos movimentos estudantis e de esquerda, passando a atuar na clandestinidade aos olhos do governo. Ruth foi presa, ficou exilada no Chile e Alemanha, no entanto, ao regressar para o Brasil dedicou sua militância à educação. Ricarte (2018) ressalta que resgatar as memórias da professora Ruth Cavalcante ocasionou um misto de emoções, a qual, só foi possível através da autobiografia que levou-a a olhar para si pensar sobre a sua própria biografia, uma vez que o “falar do outro é falar de si” (RICARTE, 2018, p.83) num processo coletivo de re(auto)conhecimento.

No artigo “Uma mulher de vanguarda: trajetória social de Eglê Malheiros” a autora Maristela Rosa e o autor Norberto Dallabrida (2014) se debruçaram sobre a trajetória social de Eglê Malheiros utilizando os conceitos de capital cultural/habitus de Pierre Bourdieu. A metodologia utilizada consistiu em História Oral através de entrevistas semiestruturadas. Nascida na década de 20, de origem social favorecida, a educação direcionada a Eglê voltava-se para os afazeres domésticos e o conjunto de significações direcionados às mulheres de sua

classe social. No entanto, o acesso à educação de qualidade e incentivo à leitura levaram-na a percorrer caminhos diferentes dos predispostos, aliou-se ao Partido Comunista Brasileiro - PCB, movimento estudantil e integrou grupos de Arte moderna. Formou-se em Direito, mas prestou concurso e foi aprovada em primeiro lugar como professora de História sofrendo perseguição política no decorrer da trajetória docente. Como resultados encontrados, verificou-se que o capital cultural e habitus de Eglê constituíram-se na trajetória escolar e de militância comunista, quebrando barreiras de gênero na sua época. Além disso, as experiências acumuladas também influenciaram sua atuação docente, na qual, fundamentou-se nos pressupostos marxistas.

Do mesmo modo que as pesquisas anteriores, a autora Vitória Chérída Freire (2017) investigou a trajetória de uma mulher, professora universitária e primeira prefeita mulher de Fortaleza pelo Partido dos trabalhadores - PT em sua dissertação intitulada “Maria Luiza Fontenele: Educação e inserção política”, além disso exerceu cargos de deputada federal e estadual. O objetivo da autora consistiu em biografar a vida de Maria Luiza Fontenele, destacando a relação entre educação, docência e inserção política. A metodologia utilizada consistiu em História Oral autobiográfica, com uso do instrumento entrevista semiestruturada para a coleta de dados, além de uma revisão bibliográfica e documental. Maria Luiza iniciou os estudos com instrução domiciliar, migrando para a capital onde recebeu educação de melhor qualidade, com acesso à cultura, artes e ciência (ainda que de forma limitada aos anseios “do lar”), espaço que levou-a compor o movimento estudantil, como grêmio escolar, Juventude Estudantil Católica - JEC, ações vinculadas ao curso de Serviço Social na periferia, no campo e setor fabril de Fortaleza e o sindicato docente enquanto professora universitária. Freire (2017) apresenta que a aproximação com as ideias de Paulo Freire aproximou a biografada da carreira docente, além da sua atuação nos movimentos de base. A trajetória de Maria Luiza Fontenele é marcada por sua trajetória política (e partidária), movimento de mulheres e lutas pela transformação social, experiências que moldaram a sua identidade pessoal e atuação profissional. Atualmente Maria Luiza compõe o movimento Crítica Radical, no qual, consistiu em seu processo de ruptura com antigas concepções teóricas e políticas exercidas pela biografada, segundo Freire (2017, p. 116) resultando em “uma nova postura que ia de encontro à organização não só da política do país, mas também com o distanciamento dos modelos e ideologias que defendia quando exercia cargos públicos; tudo isso alterou a sua forma de “ser professor”.

Maria da Conceição França (2015) em sua dissertação intitulada “De luta e de letra: A contribuição do sindicato dos trabalhadores em educação pública do RN para a formação docente nas vozes das professoras militantes” também faz uso do método (auto)biográfico a fim de conhecer as trajetórias de militância das professoras, dado que “partilhar das biografias das professoras militantes permite explorar a dimensão de ser humano nas suas potencialidades mais complexas” (FRANÇA, 2015, p. 38). O diferencial da pesquisa de França (2015) consiste na motivação da pesquisa que partiu da própria experiência da pesquisadora enquanto militante pelos direitos e justiça social, no qual narra com emoção vivências dentro dos movimentos de base que atuou junto às mulheres, e a forte presença e atuação das professoras junto ao sindicato e movimentos de base fez com que questionasse quais as razões que as levam a integrar as ações propostas pelo sindicato, se realmente existia um senso crítico a respeito das desigualdades e busca por direitos, ou se caracterizava na busca por melhorias salariais ou ganhos individuais, considerando que em sua maioria eram responsáveis pelo sustento da família e filhos/as. Neste sentido, o objetivo da pesquisa consistiu em refletir por meio das professoras quais as contribuições do sindicato enquanto órgão formador/educador em suas práticas docentes. Na metodologia, França (2015) organizou em quatro vertentes analíticas, são elas: gênero e docência, com autoras como Louro (1997) e Vianna (2001-2002) centrais na discussão sobre as questões de gênero na docência, além de autores como Freire (1996), Nóvoa (1995-2008) e Arendt (2007) no tocante ao sujeito pessoal e profissional; e educação e movimentos sociais, apoiando-se nos/as autores/as Oliveira (2010); Thompson (1987); Vianna (1999); Vieira (2009) e Gohn (2011). A pesquisa contou com a participação de três mulheres professoras da rede pública de educação no município de Mossoró, de escolas municipais e estaduais, filiadas e participando ativamente das ações do sindicato. As professoras participantes da pesquisa apontam as contribuições que o sindicato trouxe no tocante a formação política, reconhecimento dos direitos e de modo geral todas reafirmaram a luta por justiça social, bem como educação pública de qualidade, formação profissional e igualdade. Em suma, as mulheres professoras e sindicalistas ressaltaram que a atuação no sindicato contribuiu nos âmbitos pessoal e profissional.

Igualmente à pesquisa de França (2015), a pesquisadora Zulma Lenarduzzi (2017) se debruçou sobre a trajetória de três gerações de professoras sindicalistas em sua pesquisa de Doutorado intitulada “Generaciones de professoras sindicalistas argentinas: Fragmentos de História (1984-2016)” abordando a experiências de três gerações de professoras argentinas no sindicato com o retorno democrático no ano de 1984 até os dias atuais, entendendo que tais

experiências são atravessadas pelo pessoal, social e, sobretudo, pelas questões de gênero. A pesquisa é de caráter qualitativo, em que pautou-se na investigação biográfica, utilizando como ferramenta a entrevista narrativa individual e em duplas (cada década composta por duas participantes, totalizando em seis professoras), realizadas no decorrer de 2014 e 2015. Lenarduzzi (2017) acentua a presença de aspectos comuns às participantes relacionados ao trabalho, sindicato e contexto familiar (ainda que haja particularidades e subjetividades) e características geracionais, como estudo e tempo. Como resultados, Lenarduzzi (2017) aponta as dificuldades enfrentadas por fatores externos e internos ao sindicato. As participantes da pesquisa ressaltaram a importância do sindicato na ampliação de conhecimento e relações sociais, experiências no tocante à luta coletiva, reconhecimento enquanto protagonistas e militantes no sindicato docente. Além disso, contribuindo nos âmbitos pessoal e profissional.

Almir Mariano da Silva em sua pesquisa intitulada “Trajetória docente de Nildes Alencar Lima: memórias do autoritarismo militar e da luta pela anistia (1964-1979)” se debruçou sobre a história da professora Nildes Alencar Lima, conhecendo sua trajetória docente no período do Regime Militar através das memórias narradas. A pesquisa concentrou-se na década de 70 do século XX em razão do fortalecimento da resistência aos desmandos da época, bem como pelo ativismo docente de Nildes Alencar Lima que liderou o Movimento Feminino pela Anistia. Como suporte teórico utilizou os seguintes autores e autoras nas discussões sobre: História (BLOCH, 2010; LE GOFF, 1990), memória (BÓSI, 2010; HALBWACHS, 2012, VIGOTSKI, 1998), educação (MARTINHO RODRIGUES, 2017; SAVIANI, 2007), História da Educação (SAVIANI, 2007) e docência (VICENTINI; LUGLI, 2009). Quanto às escolhas metodológicas, a pesquisa define-se como qualitativa, exploratória e documental, fazendo uso (assim como as demais) da história oral. Como resultados da pesquisa, o autor constatou que apesar da professora Nildes Alencar ter atuado no período de repressão, conciliou a carreira com a luta pela anistia e desenvolveu seu trabalho com grupos socialmente excluídos, a exemplo pessoas com deficiência.

A pesquisa de Zamara Graziela Pinheiro de Oliveira (2017) intitulada “O olhar de professoras militantes negras sobre a educação antirracista e implementação da Lei 10.639/03” trata sobre a atuação de três professoras militantes frente a Lei 10.639/03 e práticas de uma educação antirracista no Estado do Rio de Janeiro. Na metodologia, Oliveira (2017) utilizou a entrevista semiestruturada individual com as professoras participantes, além de um levantamento bibliográfico na Plataforma Sucupira - CAPES, SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia - BDTD/IBICT acerca do tema da pesquisa. Com o intuito de preservar a identidade das participantes, Oliveira (2017) optou por utilizar o nome de mulheres negras que se destacaram na história, quais sejam: Dandara, Carolina de Jesus e Luisa Mahin. No que se refere a profissão docente e movimento sociais Dandara é professora há 21 anos (11 anos no Sindicato dos/as professores/as e no Movimento Mulheres em Luta com recorte de raça), Carolina de Jesus há 41 anos (46 anos no Movimento de Mulheres negras) e Luisa Mahin exerce a docência há 27 anos (16 anos no Conselho Municipal de Defesa do Direito do Negro). Nas entrevistas as professoras mostraram que a militância esteve imbricada na prática docente, assim, utilizam-se de diferentes estratégias na perspectiva da educação antirracista. Nesse ponto, têm-se a Lei 10.639/03 que, segundo Oliveira (2017, p. 81), “foi uma grande conquista do movimento negro porque, nesse processo, a população ocupou os espaços institucionais como locus de mobilização e, com ela, originaram-se debates acerca das demandas da população negra”, passo importante na construção de ações afirmativas (reparatórias) para a população negra, além de refletir o papel das escolas, dos currículos e metodologias. Apesar disso, as professoras afirmaram que a lei servia “como uma consolidação, uma forma de institucionalizar as práticas que por ela já eram exercida” (OLIVEIRA, 2017, p. 82). Elas ressaltam que o desafio de implementar uma educação antirracista consiste na não-atuação de outros professores e professoras que não atribuem importância a essa questão, além da resistência do grupo e das gestões, culminando na atuação em frente única de professores/as negros/as. No entanto, quando direciona-se o olhar para a atuação docente, Oliveira (2017, p. 94) ressalta que “a importância do resgate identitário da ancestralidade e da sensação de representatividade pelos alunos são aspectos positivos desse processo”, que se transforma em substância no enfrentamento diário das professoras.

De natureza igual a Oliveira (2017), a pesquisa de Treyce Ellen Goulart (2016) sob o título “Narrativas entrecruzadas de professoras negras: Trajetórias, pactos políticos e prática docente” investigou a atuação de quatro mulheres negras no município de Rio Grande frente a Lei 10.639/03. Na metodologia, a produção dos dados deu-se através de “ateliês autobiográficos”, utilizando as narrativas da autora e professoras na compreensão dos diversos atravessamentos e imbricação entre as questões de raça/racismo, gênero/sexismo e classe/classismo. Os encontros aconteceram de forma coletiva e individual na escola em que as três professoras atuavam. Goulart (2016) afirma que as professoras utilizaram diferentes estratégias em suas construções narrativas, dizendo sobre experiências e atravessamentos. O

trabalho não possui divulgação autorizada, como consequência têm-se uma ausência de informações constituintes da pesquisa.

A pesquisa “Feminismos, Redes Sociais e Modos de vida: a experiência militante de jovens professoras” de Patrícia Karla Soares discorre sobre a vida de três jovens professoras que se autointitulam militantes e utilizam as redes sociais como espaço de ativismo, seja na luta por educação de qualidade e melhores condições de trabalho docente como na luta feminista e LGBT. Como estratégia metodológica, a pesquisa faz uso da etnografia na rede social facebook e entrevista, além de propor a realização de um estudo ético-político baseado nos conceitos de experiência e ética em Michel Foucault. Como resultado, Doroteio (2020) aponta que as professoras tentam conciliar as pautas defendidas nas redes com a prática cotidiana, demonstrando preocupação em aliar o dito e o feito.

No processo de descrição algumas aproximações foram percebidas entre as pesquisas, a começar pelos trabalhos de Ricarte (2018), Freire (2017) e França (2015) em que as pesquisadoras tiveram facilidade de acesso às participantes, seja por intermédio de outra pessoa como por conhecimento próprio. Nesta pesquisa a estratégia de aproximação utilizada foi o contato direto com a primeira entrevistada, que indicou e facilitou a comunicação com as outras participantes, essa técnica tem similaridades com a utilizada por Anna Luiza Oliveira e Ribbyson Silva (2020) em que os participantes de um estudo indicam outros participantes até que as narrativas se tornem repetitivas, esta é conhecida como “técnica de snowball” (BIERNACKI; WALDORF, 1981 *apud* OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 8).

Outra aproximação consistiu no debate sobre os conceitos de memória e História Oral, elementos chaves na construção das pesquisas mapeadas e que ao serem incorporadas nesta pesquisa contribuem com sua construção, no primeiro ponto referente a memória e história, destaca-se que apesar de se remeterem ao passado possuem significados distintos, ou seja, a medida que a memória situa-se nos sujeitos e sujeitas, suas narrativas e subjetividades, a história dedica-se às ações humanas no tempo/espaço (FREIRE, 2017); aspecto observado em relação às participantes que apesar das aproximações decorrentes do sexo, docência e movimento feminista, as narrativas apresentam elementos específicos de cada trajetória, seja pessoal, formativa ou profissional.

Além disso, as autoras chamam atenção para o caráter coletivo da memória na constituição de determinados períodos históricos que são produzidos a partir das falas dos interlocutores e interlocutoras. Sobre isso, França (2015, p. 72) acrescenta que “são trajetórias narradas num eu particular, mas reconstruídas sempre através de resgates das memórias, em

que outros tantos “eus” estão presentes”, assim a História Oral biográfica utiliza-se das memórias dos sujeitos e sujeitas e como ressalta Freire (2017, p. 27) o processo de recontar histórias de vida, acontecimentos, etc. parte do individual para o coletivo dado que “as entrevistas vão passar pela interpretação do pesquisador que também vai ativar sua subjetividade, história de vida e consciência, para compreender a realidade histórico-social de seu narrador”.

A memória coletiva nesta pesquisa aparece no encontro das falas quando as participantes dizem sobre o processo de auto organização das mulheres na universidade, narradas a partir das próprias experiências. Neste momento introduzo uma metáfora, na qual vislumbro o encontro das falas como uma dança em volta da fogueira, a música soa como as palavras ditas, que no processo científico ganham uma roupagem sábia ou culta para dizer sobre mulheres que se reuniram para reivindicar melhores condições de estar/viver a universidade. Nesta metáfora, as bruxas dançam em torno da fogueira, cantando livremente sobre vida, luta e sociedade, elas são cientistas, mas o século XXI segue usando o sexo como instrumento de diferença e discriminação, não mais queimadas e demonizadas, são sutilmente taxadas e perseguidas.

Já nos trabalhos de Ricarte (2018), Freire (2017) e Rosa e Dallabrida (2014) às mulheres biografadas eram/são pertencentes a uma classe social privilegiada, durante a fase escolar dispuseram de educação de qualidade quando comparadas a população de baixa renda, com acesso a livros e as artes, acumulando capital cultural que somou as experiências nos espaços escolares que serviram de base para as vinculações nos movimentos sociais e de militância. Outra característica das biografadas consistiu na vinculação ao movimento estudantil através da participação nos grêmios e posteriormente na JEC, movimento que apesar do cunho religioso tinha em seus propósitos alfabetização das massas e minimização das desigualdades, aspectos que foram importantes na trajetória política de Ruth Cavalcante e Maria Luiza Fontenele. Comumente às biografadas de Ricarte (2018), Freire (2017) e Rosa e Dallabrida (2014) a pesquisadora Maria das Graças França (2015) pertencia a uma classe abastada no interior do Rio Grande do Norte, tendo em vista que a família trabalhava com agricultura e comércio.

França (2015) e Lenarduzzi (2017) carregam em suas trajetórias de pesquisa estreita relação com o campo, por serem mulheres, educadoras e militantes, como afirma Lenarduzzi (2017, p. 18) “Soy mujer, argentina, trabajadora de la educación [...]” além de experiências em marchas, ocupações, manifestações e assembleias, as pesquisadoras estiveram em contato direto com a atuação dos sindicatos de professores/as, seja França (2015) no Brasil como

Lenarduzzi (2017) na Argentina. Assim como essas autoras, Oliveira (2017) possui uma estreita relação com o objeto de pesquisa, por ser mulher, negra, professora e militante por uma educação antirracista. Essas autoras ressaltam a não neutralidade na pesquisa científica, além de se colocarem como sujeitas atravessadas pelos marcadores sociais (seja gênero, raça e classe) ao longo da escrita. Tal qual as pesquisadoras França (2015), Lenarduzzi (2017) e Oliveira (2017), me sinto implicada pelo/no campo de pesquisa, a universidade tornou-se um espaço de exercício da liberdade de pensamento, posicionamento e me colocou em contato direto com a auto organização de mulheres feministas, além do alimento intelectual que vai dando forma às situações e experiências corporificadas na linguagem.

Outro aspecto dos trabalhos de Ricarte (2018) e Freire (2017) consistiu na aproximação das biografadas com as epistemologias freireanas, que serviram de base para a atuação docente. Além disso, os pressupostos marxistas apareceram com frequência na trajetória de Eglê Malheiros e Maria Luiza Fontenele, esta última com a ampliação do marxismo ao compor o movimento Crítica Radical.

Com base na discussão elencada, este estudo bebe das pesquisas biográficas e de prática docente, quando juntamente com as participantes traz o resgate das memórias e as práticas pedagógica e de militância, possibilitadas pela carreira docente na universidade e vivência no Fórum de Mulheres em Luta da UFPB. Neste sentido, parece-me que a experiência constitui o cerne deste estudo, que se vale tanto das experiências das participantes, quanto de trabalhos que ampliem os horizontes desta pesquisa. Além disso, cabe destacar que assim como as mulheres esta pesquisa é livre, livre no sentido das escolhas, estratégias e métodos, sem pré-definições, guiando-se a partir dos caminhos traçados na pesquisa. Finalmente, os estudos encontrados no levantamento (CAPES/ANPED/Revista de Estudos Feministas) apresentam algumas possibilidades do uso de narrativas em pesquisas acadêmicas, das histórias de vida e memórias das professoras militantes na (re)constituição de períodos históricos, lutas, conquistas e avanços sociais, bem como reconhecendo nas sujeitas fontes inesgotáveis de saberes, em suas experiências e falas atravessadas por diferentes tempo/espaço.

3 FEMINISMO E DOCÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

III. Citotec

Era um exame de rotina, eu estava deitada na maca para fazer ultrassom, a médica se reporta a assistente que está em frente ao computador e diz “o feto não apresenta batimentos cardíacos”. Nesse momento sinto uma lágrima se formar e deslizar pelo meu rosto. Sou encaminhada para a urgência. O médico que me atende faz o primeiro toque. Vamos a recepção e o médico solicita um quarto pra que eu fique internada e realize uma curetagem de urgência. O médico sai pro almoço, a recepcionista me chama para informar que não posso ficar internada porque o plano de saúde não cobre este tipo de procedimento.

Começo uma busca por atendimento, de hospital em hospital, ouço “não tem vagas”, “o que aconteceu? Você tentou tirar?”, “procure outro hospital”. Horas depois sou atendida em um hospital e maternidade pública, em Santa Rita⁵.

Outro toque, primeiro citotec.

Sou encaminhada para um leito. Mudança de plantão, o novo médico quer me ver.

Terceiro toque, segundo citotec.

Volto para o quarto. Mainha e eu estamos dividindo uma maca, todas as outras estão ocupadas, o quarto é compartilhado, tem um banheiro e um ventilador barulhento. Em algumas horas sinto a primeira contração, as cólicas vão ficando mais intensas, começo a sangrar. Chamei uma enfermeira e fomos para uma salinha, sou examinada mais uma vez.

Quarto toque.

Dessa vez o médico puxa algo que acreditamos ser o feto, quando tento olhar a enfermeira joga um pano por cima. Sou encaminhada para o leito, a curetagem estava para acontecer na mesma noite. As cólicas e dores não cessam e por volta de 00h sou levada em uma cadeira de rodas a sala de cirurgia.

No Brasil, a luta pela descriminalização do aborto emerge numa sociedade marcada pelo golpe militar (BARSTED, 1991), utilizando diferentes argumentos na defesa do direito ao aborto legal⁶ e seguro, inicialmente pautando o direito individual e autônomo das mulheres sobre o próprio corpo, levantando o slogan “Nosso corpo nos pertence” (BARSTED, 1991; SCAVONE, 2008). Barsted (1991) ressalta que o aborto enquanto fato social surgiu, ainda na década de 70, com estudos acadêmicos na área da saúde, primeiros a apontar dados estatísticos sobre a incidência de abortos em mulheres de baixa renda. Se Scavone (2008) aponta para um movimento feminista que na década de 70 omitia a palavra “aborto” por negociações políticas, substituindo por “direito de decidir” sobre o próprio corpo ou sobre o números de filhos/as desejados/as, a década de 80 segundo Barsted (1991) encontra um movimento feminista disposto a debater sobre o aborto publicamente, levando o tema para revistas, jornais, mídia televisiva, pesquisas, conferências, partidos políticos e demais espaços possíveis para o

⁵ Cidade da Região Metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba-PB.

⁶ O aborto é considerado crime pelo Código Penal brasileiro de 1940, com exceção dos casos que apresente risco de vida para a mulher ou em decorrência de estupro. Na década de 90 é acrescido a interrupção em decorrência de anomalias fetais.

movimento da época. Também em meados da década de 80 têm-se a inclusão do conceito de direitos reprodutivos (SCAVONE, 1991; BARSTED, 2008).

Quanto aos números, o Dossiê Adolescentes, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (2004) organizado pela Rede Feminista de Saúde apresenta as principais informações coletadas sobre a situação das(os) adolescentes nas últimas décadas do século XX. O Dossiê expôs altas taxas de abortamentos entre mulheres de 15 a 19 anos, estima-se que 32 em cada 1.000 mulheres brasileiras nesta faixa etária já realizaram interrupção de gravidez indesejada, bem como estima-se que 1 a 1,2 milhões de abortamentos ocorrem ao ano no país (REDE FEMINISTA, 2004). De acordo com o dossiê, houve um crescente número de adolescentes que buscaram o serviço do Sistema Único de Saúde - SUS para correções após complicações no aborto, dado que “de 1993 a 1997, as curetagens pós-aborto em adolescentes passaram de 19% para 22%, do total de procedimentos. Em 1996, o número estimado de abortamentos em jovens de 10 a 19 anos foi de 241.392 casos” (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 19). Os dados também apontaram para o crescimento da taxa de mortes em decorrência do aborto em más condições, segundo o dossiê:

No Brasil, a 5ª causa de morte entre adolescentes, ou 6% do total de óbitos entre jovens, decorrem de aborto ou complicações no parto. A cada dia, cerca de 140 meninas têm a gravidez interrompida. A cada hora, seis adolescentes entram em processo de aborto. A cada 17 minutos, uma jovem se torna mãe (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 20).

A Pesquisa Nacional de Aborto - PNA de 2010 aponta que “o aborto é tão comum no Brasil que, ao completar quarenta anos, mais de uma em cada cinco mulheres já fez aborto” (DINIZ; MEDEIROS, 2010, p. 964), números semelhantes aos apresentados na PNA de 2016, dado que “em 2016, aos 40 anos de idade, quase uma em cada cinco mulheres já fez aborto (1 em cada 5,4)” (DINIZ, MEDEIROS, MADEIRO; 2017, p. 655). No ano de 2015, segundo o PNA 2016, houve cerca de meio milhão de abortos realizados no país. A pesquisa também aponta que

Metade das mulheres brasileiras abortou usando medicamentos. Como o medicamento mais comum para isso é o misoprostol (cujo nome comercial mais conhecido é Cítotec®), justamente o recomendado pela Organização Mundial de Saúde para a realização de abortos seguros, é provável que a mortalidade por complicações seja, hoje, menor do que em décadas passadas. Permanecem, no entanto, outros riscos importantes à saúde, o que se nota pelo fato de que metade das mulheres que abortou precisou ser internada para o finalizar. (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 659)

Greice Menezes e Estela Aquino (2009) afirmaram que a curetagem tem se tornado um dos procedimentos obstétricos mais realizados nas últimas décadas em hospitais públicos, com diferenças regionais (destacando Nordeste e Sudeste), com redução entre 1992 e 2005. Diferentes pesquisas têm indicado o aborto no Brasil como uma questão de saúde pública, denunciando as condições precárias que mulheres tem realizado o procedimento, sendo assim, “enfrentar o fenômeno do aborto como uma questão de saúde pública significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e não como um ato de infração moral de mulheres consideradas levianas” (ANJOS; SANTOS; SOUZA; EUGÊNIO, 2013, p. 509) e “considerando que grande parte dos abortos é ilegal e, portanto, feito fora das condições plenas de atenção à saúde, essas magnitudes colocam, indiscutivelmente, o aborto com um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil” (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 659). Além disso, a legislação brasileira que criminaliza o aborto favorece nas condições precárias de sua realização e elevado risco de morte para mulheres, como aponta MENEZES; AQUINO, MADEIRO 2016) pobres. Assim,

Tratar o aborto como direito social significa questionar as condições precárias em que ele é realizado no País, ao arriscar a saúde e a vida das mulheres. Em consonância com as preocupações das feministas brasileiras dos anos 1980, as feministas dos anos 1990 passaram a considerar a alta incidência de abortos clandestinos no País como um problema de saúde pública pela alta mortalidade que lhe estava associada, qualificando-o de aborto inseguro. (SCAVONE, 2008, p. 677)

À vista disso, consciente da polêmica que este debate traz, a escolha da narrativa deu-se por integrar a agenda política do movimento feminista, por tratar-se de uma questão de saúde pública emergente, e sobretudo por ter atravessado a minha vida no ano de 2014. Eu era uma jovem de 18 anos e tive minha primeira experiência de aborto, e posso, seguramente, fazer parte das estatísticas de atendimento do SUS, visto que busquei o serviço especializado após uma série de complicações na gravidez e perda gestacional. A memória dessa experiência posta em palavras fez reviver aquilo que senti anos atrás, o peso do julgamento sobre nós mulheres pobres quando buscamos atendimento em hospitais e maternidades públicas, o tratamento que foi me dado, a sala vazia pós curetagem e a sensação de medo. Mas, olhando direitinho, nesses momentos as mulheres surgem e nos nutrem de força, seja através do olhar da adolescente de 16 anos que tinha realizado a curetagem e esperava alta como da técnica de enfermagem que esteve ao meu lado antes, durante e após o procedimento, nesses momentos eu senti ecoar “você não está sozinha”, especialmente deitada na maca com a minha mãe, que estendeu sua mão, chorou comigo, me pôs no colo e me colocou de pé de volta ao mundo.

Diante desta narrativa e as reflexões desencadeadas, me direciono para outro momento do estudo, que consiste em contar três histórias enlaçadas ao movimento feminista. Antes de contá-las, apresento os pseudônimos escolhidos para as professoras participantes, inspirados na vegetação paraibana, são eles: Mandacaru, Baraúna e Jurema. Durante a busca, arrisquei-me a pensar sobre as características atribuídas às plantas em relação às professoras, e foi interessante vê-las como árvores, conectadas a terra com suas raízes, as raízes como a força que corre em suas veias e que também pode ser vista como a organização coletiva das mulheres, construindo um movimento de mudança no solo em que assentam, crescendo e dando frutos, no âmbito desta pesquisa o solo consiste na universidade.

Para iniciar falo do Mandacaru, uma espécie de cacto nativo do Brasil, presente no semiárido do Nordeste, ele serve de alimento, cerca natural, auxilia na restauração do solo e retém líquido; além disso seu formato assemelha-se a um candelabro ou uma representação da árvore da vida. De tantas formas foi possível vê-la no mandacaru, cercada de outras companheiras de luta como uma árvore, fincando coletivamente as raízes da resistência na criação das suas crianças, na atuação dentro da universidade, além da organização coletiva que assim como o mandacaru servem de alimento, ou melhor, se fortalecem na relação com as companheiras e companheiros de luta. Ela nos ensina sobre a importância do coletivo, da auto-organização das mulheres e da união na busca e garantia de direitos e oportunidades iguais.

Seguindo, apresento a Jurema, natural da caatinga. A jurema preta é medicinal, restaurativa e essencial na manutenção da biodiversidade, em razão do seu crescimento rápido a jurema contribui na restauração de áreas degradadas, o que remete ao seu poder de cura, visto que na medicina popular a casca da jurema é usada em queimaduras e na cicatrização de feridas superficiais. Ela sara a terra e os seres. Durante a pesquisa pelos pseudônimos, a Jurema me encantou, como um encontro entre duas potências, e ouvir a professora trouxe uma sensação de cura, de confiança e naturalidade, ela cresceu com experiências diárias de liberdade, respeito e autonomia, tornou-se jovem, mulher e mãe, e mesmo se vendo atravessada por questões ligadas a gênero, com muita sabedoria ela ressignificou espaços e relações, bem como têm construído uma história de militância e docência, não sem cicatrizes, mas com muita resistência.

Por fim, temos Baraúna, que é uma planta do cerrado que apresenta propriedades de combate a transtornos psicológicos, desencadeados pelo enfraquecimento do sistema central. De início, pensei no conforto simbólico que a professora trouxe para as mulheres do campus, seguido da busca dessas mulheres por apoio, processo que apesar de desafiador levou a professora a refletir sobre questões que até então não eram sequer questionadas no domínio institucional do campus IV. As falas da professora me remeteram constantemente às questões

emocionais, processos de descobertas e reconstrução interna, bem como de percepção de mundo e de relações. Assim, com muita sensibilidade, ela consegue se aproximar das mulheres que precisam de ajuda, ao passo que se utiliza das vias burocráticas para criar mecanismos institucionais de coibição e fim da violência contra a mulher dentro do campus.

No quadro abaixo, traço o perfil das mulheres participantes da pesquisa, apontando para aspectos como: raça/cor, geração, sexualidade etc. Seguido deste, semelhante ao desabrochar das flores, começo uma tentativa de narrar.

Quadro 2: Perfil das participantes

NOME	IDADE	RAÇA/ COR	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESTADO CÍVIL	FILHOS(AS)	TEMPO DE CARREIRA
Mandacaru	42	Negra	Bissexual	Solteira	2	14 anos
Jurema	44	Negra	Heterossexual	Divorciada	3	18 anos
Baraúna	45	Parda	Heterossexual	Casada	2	16 anos

Fonte: Dados da pesquisa

3.1 Vida, Marias

Vislumbrar uma criação feminista parece-me algo comum entre nós - mulheres feministas, questionamento frequente nas narrativas das professoras, seja direcionada a si mesmas como as suas crias. Neste tópico, o pessoal ganha espaço dando lugar a trajetória das professoras até o movimento feminista na universidade, acentuando aproximações e distâncias quanto aos trajetos percorridos por elas, com traços e memórias singulares de suas infâncias, juventude e vida adulta. Tentarei aqui capturar ao máximo suas histórias.

A professora Jurema nascida no final da década de 70, questiona-se “*será que minha formação foi feminista?*” e ao recordar da sua infância e de seus irmãos aponta para a materialização de práticas feministas nas ações dos pais. Embora não houvesse diálogos sobre o feminismo, as atividades domésticas eram compartilhadas igualmente entre os moradores da casa, *então naquela época não se falava “Ah, porque tinha que compartilhar”, é porque era todo mundo residente na mesma casa e todo mundo tinha que colaborar com a organização e a dinâmica do funcionamento da casa. Então também olhando pra trás consigo identificar hoje que tudo que era permitido ao meu irmão também era permitido a mim, tudo que era cobrado ao meu irmão era cobrado de mim, mas naquele momento, naquela época não se costumava dizer que era uma educação libertadora ou que era uma educação com base feminista né, não*

era dito isso, mas pra mim isso era o natural, era o que acontecia ou que deveria acontecer, não era questionado isso, nem se era conversado os porquês (professora Jurema).

Esta criação, quando pensada na perspectiva da igualdade de gênero, que segundo o caderno de Gênero e Diversidade na Escola, diz que “as diferenças percebidas entre os sexos, em razão da existência das relações de gênero, são organizadoras do espaço social” (p. 94), na qual meninas e meninos são vistos e tratados de modos distintos, com isso faz-se necessário a criação de planos e ações “possíveis e desejáveis de dirimir as discriminações sexuais, de gênero e de raça-etnia a partir de várias áreas, como Educação, Saúde, Geração de Renda e Trabalho” (p. 90). O relato de Jurema lembrou-me a terceira sugestão da Chimamanda Ngozi Adichie (2017, p. 21) para uma criação feminista, qual seja “ensine a ela que “papéis de gênero” são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa “porque você é menina”. “Porque você é menina” nunca é razão para nada. Jamais”. Tal compreensão, aliada a uma criação sobre as mesmas regras e liberdades para meninos e meninas, insere também meninos e homens dentro do movimento de mudança social, ao repensar suas criações a partir de pressupostos feministas.

Com isso, reafirmo a importância de estarmos atentos e atentas às situações rotineiras e cotidianas que são espaços de atuação feminista, tornando a luta cada vez mais imediata e localizada (LOURO, 2014), pensando também na criação dos meninos, uma vez que as cobranças recaem sobre eles e seguindo a lógica da frase “menina é mais delicada” temos “menino não chora”, discursos que acabam por anular a esfera sentimental e reforçar estereótipos e práticas machistas. A criação dos meninos na perspectiva de serem aliados da luta feminista também esteve presente na narrativa da professora Mandacaru, como um caminho a ser traçado desde a infância quando ensinado sobre diversidade e respeito. *Então você tem que respeitar, e a gente vai conversando e ver no que é que dá. O mundo é tão machista que em casa só eu não sei se vai ser suficiente por exemplo pra que ele tenha uma educação onde de fato ele vai ser um homem diferente desses outros machistas escrotos que a gente conhece e convive, né. Mas eu vou fazer a minha parte nesse sentido né, fazer com que ele seja um homem diferente nesse sentido, que ele possa ser na verdade um aliado da luta (professora Mandacaru).*

Neste caminho, a família dispõe de muita potência frente a uma criação com base feminista, um exemplo comum está na organização cotidiana do lar da professora Jurema, ela recorda *então a gente tinha um modelo, por exemplo, de que um dia se eu era responsável por tirar o lixo e varrer a casa, meu irmão que era da minha idade tinha a responsabilidade da*

cozinha, da louça, e no outro dia a gente invertia (professora Jurema), e tinham como efeito a divisão justa e igual de tarefas, que deveria existir em todos os espaços. Apesar disso, como aponta Adriana Piscitelli (2009), o trabalho doméstico no Brasil segue sendo um reduto das mulheres, que embora trabalhem fora quando chegam nos lares não encontram divisão justa de tarefas, tal afirmação baseou-se também em uma pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo que, segundo Piscitelli (2009), contou com cerca de 2.502 entrevistadas e verificou que dessas entrevistadas 96% eram responsáveis pela realização das tarefas domésticas e cuidado dos/as filhos/as, constatou-se também que nos casos em que a atividade doméstica era dividida, distribuía-se com outras mulheres (exemplo: mãe e/ou filha/s). É interessante que as professoras Mandacaru e Jurema expõem a mesma questão com uma certa diferença geracional e de acesso à informação, como nos contou a professora Jurema a época de minha adolescência a gente não tinha esse acesso as redes sociais, nem existia, meu primeiro contato com a internet foi na UFPB ainda no tempo da bitnet, dos computadores de tela preta e letrinhas verdes, então antes de 1995 a gente não tinha acesso à internet que era exclusivo das universidades (professora Jurema), ao passo que a professora Mandacaru enfatizou o diálogo buscando orientar os dois filhos que eu tenho, um menino de 11 e uma menina de 6 anos, que eles aprendem que o trabalho doméstico é de todos da casa, que vai lavar banheiro sim, que vai arrumar a casa sim e que quando a gente tá assistindo um desenho, é isso que eu to falando, não dá pra descolar, você tá assistindo desenho com as crianças e, de repente, tem alguma coisa sobre racismo ou a questão do machismo, eles já olham pra mim porque já sabem “eita, olha, isso tá errado” e começa uma conversa (professora Mandacaru).

A professora Mandacaru reforça a importância da criação frente a mudança de perspectiva, ensinando sobre compartilhamento de tarefas, ela conta sobre uma situação recente... *Ontem mesmo eu tava numa casa com umas colegas e aí, por coincidência, tinha três mulheres na cozinha e nenhum homem na cozinha, tinham três mulheres lá e aí, minha filha de 6 anos chegou e disse “Êpa, tem alguma coisa estranha aqui, por que só tem mulher na cozinha? eu vou ali chamar os homens pra ajudar também” aí ela saiu, chamou os homens e falou “o quê que precisa fazer ainda pro almoço?” aí uma colega disse “não, precisa ainda descascar o alho, não sei o quê...” então vai lá, ela distribuiu os homens adultos, cada um pra sua função e botou os homens pra dentro da cozinha pra também preparar o almoço e ela só tem 6 anos (professora Mandacaru), ainda que naquele momento não fosse uma reprodução do machismo, como pontuou a professora, a atitude da menina é fruto de uma criação com base feminista. Sobre isso, Ngozi Adichie (2017, p. 22) ressalta ao falar sobre compartilhamento de*

cuidados dos(as) filhos(as) e da casa, que não se trata “ajuda” quando os homens o fazem, afinal “Saber cozinhar não é algo que vem pré-instalado na vagina. Cozinhar se aprende. Cozinhar _ o serviço doméstico em geral _ é uma habilidade que se adquire na vida, e que teoricamente homens e mulheres deveriam ter”.

Tal qual a infância, a adolescência apresenta diferentes situações envolvendo questões de gênero que são espaços possíveis para atuação baseada em pressupostos feministas, a professora Jurema recorda de frases do pai quando adolescente, sobre independência financeira, *lembro que naquela oportunidade quando ia sair meu pai sempre dava o dinheiro e dizia “não permita que ninguém pague sua conta, conta é para dividir”,* então ela conta que o choque foi ao contrário, *eu tinha naturalizado na minha história que a questão do trabalho doméstico era compartilhado, com naturalidade de que a mulher tenha o seu espaço, deve garantir o seu espaço e aí quando entra em contato com outros universos né, com outros grupos sociais dizendo assim independe do núcleo familiar ou do grupo de amizade que minha mãe e meu pai tinham ao seu redor, começo a me dar conta com outras realidades e perceber de que não era assim que se operava com todo mundo, na minha cabeça era assim que se operava com todo mundo (professora Jurema).*

As narrativas acima nos aproximam do que se pretende uma sociedade livre e igual, todavia a realidade de muitas meninas caminha no sentido contrário, como ressaltou a professora Baraúna ao lembrar a infância. Situações de violência não cessam com o passar dos anos, visto que no decorrer das narrativas as professoras relataram situações de assédio por ser mulher, a professora Baraúna recorda as mudanças de olhar frente a situação de assédios disfarçados de “brincadeiras” pelas quais passou e o esgotamento emocional do enfrentamento diário, *porque a gente vai naturalizando né, a gente vai levando na brincadeira, a gente vai deixando passar e aí tudo isso me fazia olhar pra todas essas coisas e desnaturalizar [...] então, assim, é muita coisa e você às vezes não vai pro enfrentamento, você segue a estratégia da brincadeira e é pesado, muito, tanto profissionalmente quanto pessoalmente (professora Baraúna).* As falas da professora Baraúna demonstram quão profundo pode ser para nós mulheres o processo de reconstrução e desconstrução de determinadas atitudes, e sobretudo, de questioná-las.

A professora Jurema reflete sobre esse mesmo processo, vinda de uma criação que a possibilitou experiências de igualdade, a entrada *digamos assim, numa militância mais formal dos direitos das mulheres a gente muda um pouco a postura de que não só mais as questões que nos afetam diretamente nos incomodam e que a gente se move pra agir, então a gente fica*

mais atenta e tudo aquilo que afete ou incomode outras mulheres que estão ao nosso redor, que estão no nosso convívio ou que é do nosso conhecimento a gente luta também pra que mude ou que seja reparado ou que não seja repetido a violência. Então de vivências as mais cotidianas possíveis, por exemplo o silenciamento de mulheres, não deixar a mulher completar uma fala, a situações que envolvem violência física, abusos e assédios, né. Então, assim, são mudanças de perspectivas, realmente mudanças de postura, de entendimento né (professora Jurema).

Historicamente, o silenciamento tem sido utilizado como uma ferramenta de controle e manutenção das estruturas de opressão social, como aponta Joice Berth (2018) em seu estudo sobre o que é empoderamento, com foco no debate de raça e gênero. A autora faz menção à Dra. Kristie Dotson, uma professora, feminista, negra e norte-americana que tem se dedicado ao estudo do silenciamento como tecnologia de opressão, assim para esta pesquisa incorporo o debate sobre o silenciamento voltado pro conhecimento, que teve como efeito a longo prazo o apagamento das classes oprimidas na produção de conhecimento. Grada Kilomba no texto “Quem pode falar” trata acerca da produção do conhecimento científico como um espaço não neutro, um espaço embranquecido e privilegiado, ressalta

Não é que nós não temos falado, mas as nossas vozes - graças ao racismo como sistema - temos sido sistematicamente desqualificadxs pelo que a academia entende como conhecimento válido. E mais: nós temos sido representadxs por brancos, que, ironicamente, se tornam "especialistas" em [nossa cultura] e nós mesmxx (KILOMBA, 2018, p. 2)

Uma passagem destacada por Berth (2018, p. 46) no discurso proferido pela ativista negra e brasileira Monique Evelle, em 2015, que disse “nunca fui tímida, fui silenciada” reafirma as discussões sobre as estruturas de silenciamento. Neste caminho, evoco uma lembrança da professora Mandacaru sobre a filha, *então quando ela tá falando e ele [irmão] interrompe, ela levanta o dedo e fala "Não me interrompa", já fala para o irmão e ele já sabe que é importante não só em relação às mulheres, mas "quando uma pessoa tá falando tem que ouvir e depois você, mas, principalmente se for uma mulher, você nunca interrompa", aí eu vou explicar pra ele o quê que é isso, historicamente as mulheres são caladas... (professora Mandacaru).*

Com a intervenção dessa pequena feminista e diálogos sobre o silenciamento estrutural aprofundados por Joice Berth (2018) direcionado as classes oprimidas, penso que as mulheres que hoje ocupam as universidades do país provocam a reconfiguração dos espaços e diferentes

perspectivas com relação a produção de conhecimento. As professoras participantes estão concentradas na grande área de humanas, nos cursos Administração, Psicologia e Serviço Social, que são carreiras com forte presença de mulheres, no último entre profissionais e público, como aponta a professora Mandacaru *eu elejo a sala de aula como um espaço privilegiado para o feminismo inclusive, porque pra mim na minha concepção enquanto docente no Serviço Social não tem como você passar por nenhuma disciplina em Serviço Social sem você discutir a posição da mulher na sociedade brasileira, porque a gente tá falando de uma profissional que mais tarde vai estar lidando principalmente com as mulheres. São as mulheres que vão aos serviços, são as mulheres que levam as crianças, as mulheres cuidam dos idosos, então em qualquer serviço público a maioria vai ser sempre mulheres, então assim qual a nossa leitura e a nossa condição de mulher pra compreender né inclusive a atuação profissional partir dessa concepção, então por isso que a minha contribuição na condição de docente feminista (professora Mandacaru).*

Assim como no Servidor Social, a professora Jurema reflete a aproximação com o feminismo no contexto universitário *Ainda voltando pra trás, no Mestrado, meu projeto de pesquisa a ser tratado com a orientadora era saúde mental e justamente pensar a saúde mental nas profissionais psicólogas, como é que profissionais tem como objeto discutir, tratar, acompanhar, avaliar a saúde mental de outra pessoa, como é da sua própria saúde e um dos achados foi justamente o atravessamento do gênero né, porque a gente tem na psicologia quase 90% dos profissionais sendo mulheres, mas quando a gente vai pra produção científica a gente tem uma dominância masculina, na produção científica em Psicologia né, e era um dos questionamentos o quê que acontece com a ciência psicológica que tem seu nascedouro eminentemente com homens, mas quando vai pra parte prática tem uma enxurrada de mulheres, o quê que acontece com a percepção social dessa área né (professora Jurema).*

Pesquisas têm se debruçado sobre a presença massiva das mulheres nas universidades, em que a década de 70 marcou a garantia do direito pelo ingresso massivo de mulheres, com forte presença nas ciências humanas e sociais, passo inicial na reversão do hiato de gênero (MARIA EULINA CARVALHO, 2013) neste nível de ensino, visto que “no final do século XX, os números mostravam que o sucesso escolar era feminino: as mulheres haviam ultrapassado os homens em conclusões do ensino fundamental, médio e superior” (CARVALHO, 2013, p. 13). Dados divulgados pelo Censo da Educação Superior⁷ de 2018,

⁷ Mais informações acessar o link <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>> <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6734509>

disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), apontam que as mulheres são maioria matriculadas na educação superior e 71,3% estão em cursos de licenciatura, no entanto, como ressalta Moama Guedes (2008, p. 131) “do ponto de vista mais amplo, a entrada rápida e intensa das mulheres nas universidades, espaços tradicionalmente masculinos, não significa necessariamente uma mudança substancial nas relações de gênero, embora delinieie um novo contexto”.

A pesquisa realizada na Universidade Federal da Paraíba pelas professoras Maria Eulina Carvalho e Glória Rabay (2013) discute a presença das mulheres (no recorte de 50 anos 1961-2011) em cursos com predominância masculina, a exemplo nas Engenharias (ARLENE RICOLDI; AMÉLIA ARTES, 2016). No ano de 1961, a UFPB ofertava apenas 12 cursos, havendo expansão para 27 cursos em 1976, os dados mostraram que apesar da crescente presença de mulheres em cursos como Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Medicina e, especialmente, Direito, nas Engenharias o ingresso não aconteceu da mesma forma, de acordo com Carvalho (2013, p. 15) “a Civil formou as primeiras mulheres a partir de 1968, atingindo 9% de graduações femininas no período; a Mecânica, que graduou sua primeira turma em 1970, teve apenas duas mulheres formadas entre 104 homens até 1976, portanto, 2%”. Quanto às áreas com predomínio de mulheres, as autoras apontaram que “Por outro lado, os cursos de Letras, Pedagogia e Serviço Social aparecem como redutos femininos; ao longo do período 1961-1976 nenhum homem se graduou em Serviço Social” (CARVALHO, RABAY, 2013, p. 15), já os homens que se graduaram no curso de Pedagogia, parte seguiu pela área da gestão. Os cursos de Matemática e Física se mostram igualmente redutos masculinos, seja Bacharelado ou Licenciatura. Sobre isso, Oliveira e Silva (2020) discutem o gênero na docência em física com seis professores e professoras do ensino médio da região agreste do estado de Pernambuco. As mulheres presentes na Física, cenário que vem crescendo paulatinamente, encontram diferentes obstáculos no tocante a progressão de carreira, uma das razões pode estar ligada ao fato que “o percentual de mulheres diminui à medida que o nível acadêmico da bolsa aumenta, ficando em torno de 21% para o mestrado e 17% para o doutorado” (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 7) com exceção do PIBIC, que teve um aumento considerável nos últimos anos, em parte pela criação de programas com vista à participação das meninas nas ciências exatas.

Além disso, Oliveira e Silva (2020) utilizam o termo labirinto de cristal aprofundado por Betina Lima (2013, p. 886) para descrever as barreiras enfrentadas pelas mulheres na área de Física, quando diz que “o labirinto tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como:

desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional”, visto que apesar de não serem formais, os obstáculos são reais. Lima (2013) acrescenta que alguns achados por meio da metáfora do "labirinto de cristal" consiste na confirmação que os obstáculos estão presentes em toda trajetória profissional das mulheres, segundo que as razões pelas quais mulheres estão sub-representadas em determinadas áreas da ciência ou tem sua “inclusão subalterna” como diz a autora ocorre por questões estruturais na sociedade e, por fim, que a metáfora também se aplica a velocidade com que essas cientistas são reconhecidas em suas áreas de atuação.

Em seu estudo, Lima (2013) apresenta três obstáculos dispostos no labirinto de cristal, são eles: o drible da dor, sexismo e a dualidade do “ser mulher” e ser cientista”. O drible da dor são formas de negar os obstáculos particulares do gênero na trajetória profissional, utilizando o discurso meritocrático para afirmar que o mérito é a única porta de entrada para as ciências, apoiando-se na “representação de inteligências descorporificadas” (LIMA, 2013, p. 887) e existe a ideia da supermulher, na qual o lugar ocupado não é para qualquer mulher, por isso é preciso chegar a um determinado patamar de reconhecimento para estar nele, ambos inviabilizando o debate de gênero nas carreiras científicas. Sobre o sexismo automático, a autora aponta que no tocante às ciências “opera segundo as representações sociais sobre a definição de mulher, em sua forma singular e homogênea, construída na lógica heteronormativa de gênero, e sobre a definição acerca da imagem de cientista baseada na visão androcêntrica” (LIMA, 2013, p. 889), na qual há um estranhamento diante da presença de uma mulher na Física que se mantém no imaginário social como um espaço unicamente de homens. Além disso, as situações de assédios são parte do cenário vivenciado por mulheres nessa carreira, seja através de piadas sugerindo que a mulher chegou em determinado cargo por razões sexuais, como no uso das lógicas generificadas para retirar quaisquer reconhecimentos aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres. Por fim, os conflitos entre o “ser mulher e ser cientista” reside nos requisitos impostos para ser considerada uma boa cientista e requisitos para uma boa mulher, os dois apoiados no discurso hegemônico que segundo a autora

A esfera pública ainda opera segundo a noção de indivíduo abstrato. Não há lugar, no ambiente de trabalho, para ser particular e pessoal. A divisão sexual do trabalho sustenta o indivíduo profissional desejado para o mundo profissional. As múltiplas jornadas de trabalho pelas quais as mulheres são sobrecarregadas ainda permanecem invisíveis e naturalizadas (LIMA, 2013, p. 892).

Ao inserir o recorte de raça evidencia-se a intensificação dos obstáculos no ingresso, permanência e carreira docente das mulheres negras, discussão realizada por João Bosco Góis (2008) sobre a diferença no ingresso e permanência de mulheres brancas e negras⁸ no ensino superior. Os dados foram coletados no Censo Étnico-Racial da Universidade Federal Fluminense - UFF vinculado ao Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira - PENESB. Os resultados apontaram que “do corpo discente feminino da UFF, em 2003, as negras representavam 32,42% das alunas (27,37% de pardas e 5,05% de pretas) contra 67,58% de brancas” (GÓIS, 2008, p. 746) e encontram-se em todos os cursos da UFF campus Niterói, com exceção de Turismo, Física e Ciências da Computação. De acordo com o estudo

No curso de Medicina as mulheres perfazem 60,84% do total de alunos. Destas, contudo, somente 1,53% são pretas e 16,86%, pardas, contra 76,25% de brancas. Uma situação semelhante pode ser encontrada no curso de Direito. Nele, 77,52% do quadro discente é composto de mulheres, sendo destas somente 16,06% pardas e 3,21% pretas. As Engenharias diferenciam-se de Medicina e Direito em relação ao sexo predominante, já que 75,19% dos seus alunos são homens contra 24,81% de mulheres. Contudo, em relação à raça das mulheres que aí ingressam, observa-se uma situação similar àquela acima apontada: 80,19% são brancas; 17,41%, pardas; e 2,40%, pretas (GÓIS, 2008, p. 747).

Os dados revelam que mulheres pretas e pardas que almejam seguir carreira docente ou melhores condições de trabalho e salarial estão entre as menores taxas de participação nos cursos superiores mais valorizados⁹. Ricoldi e Artes (2016) ao realizar um estudo sobre acesso à universidade com recorte de gênero e raça entre os anos 2000-2010, apontam que o acesso em massa das mulheres na educação superior foi um fenômeno mundial, considerando a particularidade cronológica dos países, no entanto, para as mulheres negras e não brancas das camadas populares esse ingresso não aconteceu da mesma forma. De volta à pesquisa de Góis (2008), o autor aponta alguns elementos que mantêm as mulheres negras nessas trajetórias na educação superior, são elas: condição de classe e trajetória escolar; e questões histórico-culturais que foram delineando os locais possíveis para as mulheres negras.

Com isso, fica evidente que a presença massiva das mulheres na educação superior não é indicativo de que todas as mulheres têm acesso a este nível de ensino, que estão representadas

⁸ O termo “negra” neste estudo inclui as mulheres que se autodeclararam pretas e pardas.

⁹ Góis (2008) apresenta a definição de cursos mais valorizados a partir de dois critérios, são eles: o imaginário social que vislumbra determinadas carreiras como merecedoras de melhores salários e condições de trabalho; e a demanda contemporânea que reflete na busca de vagas nas instituições superiores, ressaltando que na pesquisa os cursos mais procurados são Comunicação Social, Direito, Medicina, Nutrição e Psicologia, dentre eles Direito e Medicina possuem o status mencionado no critério anterior.

neste espaço ou que situações de assédio sexual e moral não seriam direcionadas às mulheres, como relata a Jurema acerca da primeira situação escancarada de machismo e sexismo durante a conclusão do curso de graduação, ela recorda *Engravidei da minha primeira filha tava no último semestre da formação [...] ingressando unicamente no estágio profissional, já tendo cursado e integralizado todos os componentes obrigatórios. Na véspera de começar o estágio, recebemos eu e a outra amiga que era aluna do estágio uma informação do nosso supervisor de estágio e orientador que não iria nos orientar (professora Jurema)*. As justificativas formal e informal conflitavam no sentido de que a gravidez se caracterizava como um incômodo, práticas presentes e reforçadas nas universidades que dizem constantemente que o seu chão não foi feito para mulheres, sobretudo, mães.

A professora também conta sobre o processo seletivo para a pós-graduação, em que passado as etapas anteriores, no momento de entrevista foi questionada “*entrar no Mestrado tendo filho*”, ela diz que *na oportunidade as questões principais foram relacionadas a maternidade e que uma professora vendo ali o massacre que estava acontecendo começou a dialogar comigo e questionar se não havia interesse em trabalhar ou discutir com aquela perspectiva de saúde do trabalhador especificamente na linha que estava vinculada. Não bastasse os episódios da seleção, naquela época era tão despudorado ou tão naturalizado né, o escanteamento das mulheres dentro da perspectiva, da lógica da ciência, do mundo da academia*, lembra Jurema que no auditório lotado ouviu um discurso de que *as mulheres não deveriam sequer fazer pós-graduação, e se fizessem deveriam assinar um termo de que não engravidaria, não casaria, porque tudo isso atrapalha o progresso do desempenho da ciência ou progresso de cumprir no tempo pretendido (professora Jurema)*.

As memórias da professora Jurema retratam situações corriqueiras nas universidades, que ultrapassam o segmento estudantil e atravessam as mulheres na docência, como reflete a professora ao dizer que *a questão da maternidade sempre vai atravessar a nossa vida e nos leva a pensar como é que a gente se engaja profissionalmente com outras mulheres e lutar pelos direitos. Essa questão da maternidade ela volta quando ingressa no meio profissional, principalmente quando eu fui fazer o concurso público em 2008. Uma das questões também, tendo passado na prova escrita, tendo passado na prova didática e quando vai para o memorial de trabalho a questão que mais bateu não foi a questão do desenvolvimento profissional, nem de formação, nem projeto (que a gente apresentava também um projeto de universidade), pensar o quê que poderia contribuir para uma região, para uma universidade nova de interior, contribuir com atividade de ensino, pesquisa, extensão e gestão né, o quê que na sua formação,*

trajetória profissional, você poderia contribuir e a questão que mais era debatida era “como que uma mulher solteira iria para uma universidade no interior da Bahia, naquela época com duas filhas, sozinha?”, era esse o principal ponto debatido pela banca e questionado, e uma banca formada inteiramente por mulheres né, três mulheres (professora Jurema).

Ana Maria Urpia (2009, p. 110) discute o tornar-se mãe no contexto acadêmico, apontando para o momento em que “o eu-universitária precisa confrontar-se, pela primeira vez, com o eu-mãe, uma posição ainda desconhecida e mesmo “impensada” para esta fase de sua vida”, processo muitas vezes marcado por situações de negligência institucional, com falta de políticas específicas, como creches e espaços destinados ao acolhimento das criança. Urpia (2009) ressalta também o machismo institucional vivenciado pelas estudantes, que têm suas competências questionadas no meio acadêmico, como nas situações vivenciadas pela professora Jurema durante as seleções pelas quais passou no contexto universitário. Um Manifesto escrito pelo coletivo Mães da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em 2017, ressaltou a urgência das demandas relacionadas à maternidade e paternidade no contexto universitário, como no trecho abaixo

Há uma urgência de reconhecimento para essas mães pois a universidade enquanto órgão responsável por censear seus alunos e suas demandas, afirma não ter conhecimento da existência de mães e pais de crianças maiores de 6 anos de idade, a idade limite para a qual os escassos auxílios financeiros universitários são despendidos. É preciso também lembrar aos responsáveis pelas políticas públicas que a continuidade da formação, como a pós-graduação, tem exigências tão potentes quanto as da graduação e por isso as mães pós-graduandas também precisam de auxílios e direitos. (COLETIVO MÃES DA UFSC, 2017)

Assim como na experiência da UFSC, outras instituições permanecem negando politicamente e institucionalmente a existência de mães e pais nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como nas demais ocupações dentro das universidades. A experiência que se teve na UFPB consistiu na Brinquedoteca e Auxílio creche, *como a instituição pode ampliar o acolhimento das suas crianças né, porque não existe nenhuma política institucional para isso, nenhuma né? tem o auxílio-creche que as mulheres que são mães ainda podem concorrer, mas ela não abrange as alunas, não existe espaço de acolhimento pra essas alunas que precisam muitas vezes levar seus filhos pra sala de aula né? A experiência que se tem no CE [Centro de Educação] por exemplo é uma experiência de um projeto de extensão, então a gente não pode falar de uma política institucional, mas de uma política localizada que obviamente garantiu que muitas mulheres pudessem concluir seus cursos, mas que a gente não pode considerar*

como uma política institucional. No caso de um projeto que é a Brinquedoteca, mas como pensar isso por exemplo como uma política institucional pra todos os Centros e que não seja Brinquedoteca, seja um outro espaço que possa de fato acolher essas crianças, que seja espaço de estágio pra outros cursos, que envolvam uma equipe ampla né de profissionais e que todos os centros pudessem obviamente ter uma leitura pra isso (professora Mandacaru).

O Auxílio Creche, destinado a estudantes de curso de graduação com filhos de seis meses a três anos, foi retirado do último edital 04/2020¹⁰ lançado pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante - PRAPE, desconsiderando a pandemia mundial da COVID-19 e suas variantes, que afetaram diretamente na produção científica e rotina acadêmica das estudantes que têm filhos/as. Além de desconsiderar as demandas de acesso e permanência específicas das estudantes mães, que são também pesquisadoras e produtoras de conhecimento para a instituição.

Um levantamento realizado entre abril e maio de 2020 pela *Parent in Science* tratou os atravessamentos de raça, gênero e parentalidade na produtividade acadêmica durante o isolamento social. Com cerca de 15 mil respostas, os resultados mostraram que das/os estudantes de pós-graduação respondentes, apenas 27% das mulheres e 36,4% dos homens estão conseguindo trabalhar remotamente, quando inserido o recorte da maternidade e paternidade, apenas 11% das mulheres e 20,6% em relação aos homens, com o recorte de raça 9,9% das mulheres negras e 18% dos homens negros tem conseguido trabalhar no formato remoto.

Quanto a produtividade docente, apenas 8% das mulheres em detrimento a 18,3% dos homens estão conseguindo trabalhar remotamente, quando inseridos os recortes de raça, gênero e parentalidade apenas 3,4% das mulheres negras e 4,4% das mulheres brancas estão conseguindo trabalhar, já os homens com esse mesmo recorte equivalem a 12,2% dos homens negros e 19,3% dos homens brancos. Os dados evidenciam que o isolamento social desencadeado pela COVID-19, atingiu significativamente a produtividade das mulheres (mulheres negras com ou sem filhos e mulheres brancas com filhos), efeito pouco sentido pelos homens mesmo ao inserir marcadores sociais de raça e parentalidade.

Os desafios para as mulheres que desejam ocupar os espaços universitários ultrapassam os limites das habilidades para os cargos e cruzam as portas das casas, com questões que fogem

¹⁰ Edital disponível na página da PRAPE/UFPB, acesso pelo link: <<https://www.ufpb.br/prape/contents/processo-seletivo/outros-processos-seletivos/edital-04-2020-selecao-unificada-para-auxilios-estudantis-2020>> Acesso: 17, jul. 2021.

à competência da universidade, mas que se configuram como um empecilho nos processos seletivos em que as mulheres se veem sem quaisquer aparato institucional. Apesar disso, as professoras Mandacaru, Baraúna e Jurema seguem carreira docente, organizadas e enfatizando a importância do feminismo no sentido de que *a gente vê esses atravessamentos dentro da nossa vivência, principalmente dentro da universidade (professora Jurema)*, e não poderia ser diferente na prática docente como ressaltam as professoras, *eu também tenho essa perspectiva acadêmica, tanto que todos os meus projetos de extensão, de pesquisa, as ementas das disciplinas, são todas permeadas pelo olhar feminista e eu me aloco a partir do feminismo marxista, então assim a todas as ementas das disciplinas são disciplinas que não tem como discutir conteúdo sem discutir também a condição das mulheres no mundo, na história, principalmente pensando uma profissão como o Serviço Social que nasce nessa perspectiva de ser uma profissão de mulheres, como várias outras, Enfermagem, Pedagogia e tal. pela dimensão já da divisão sexual do trabalho, que é a dimensão do cuidado, que é a dimensão de você estar dedicada não só a educação, então, o Serviço Social já surge nessa perspectiva, então pra desconstruir tudo isso eu trago sempre uma leitura feminista marxista pra esse debate em sala de aula, sempre (professora Mandacaru).*

Na trajetória docente da professora Jurema o feminismo foi atravessando de maneira mais objetiva em 2015, *aliás quando esse tema se torna objeto de um componente curricular optativo na Psicologia e que escolhi ministrar e discutir questões de gênero e Psicologia, mas especificamente Psicologia do trabalho, porque na Psicologia esse tema chega historicamente mais recente, ele toma corpo, uma robustez maior na década de 80, então cientificamente e academicamente é muito recente que se chega esse tema de forma mais robusta, claro que se a gente for pegar mais pra trás encontra elementos, encontra estudos, encontra pessoas discutindo, mas eu tô falando de forma mais sólida, de forma mais robusta. Chega na Psicologia depois que chega por exemplo no Serviço Social, nas Ciências Sociais de forma geral, então, em 2015, ministrando esse componente e se tornando objeto de estudo da tese de doutorado a partir de 2016 (professora Jurema).*

Outro elemento destacado pela professora Mandacaru na prática docente consiste na construção das ementas das disciplinas, em que *todas têm prioritariamente autoras negras geralmente desconhecidas pro curso, nós colocamos ali autoras feministas e eu tento também privilegiar na ementa autoras e não autores, então os autores entram como referência não obrigatória e eu tento colocar ali uma ementa que ela seja anti-racista, uma ementa onde a gente tenha ali colocado como destaque as mulheres pesquisadoras como um todo. É uma*

característica também de pensar uma disciplina e ela não precisa estar discutindo questão racial, nem questão feminista, é qualquer disciplina que a gente possa levar também as mulheres da academia pra ser referência teóricas nas pesquisas, na condição mesmo de pensar aí a formação dos assistentes sociais. Então é bem isso, esse impacto do feminismo na minha trajetória enquanto professora ela se dá nessa movimentação, sem fazer distinção, até porque quando você é feminista é incrível né? (professora Mandacaru).

A professora Baraúna fez-se feminista nas ações, para ela *é um processo de pensar tudo que eu passei individualmente e me reconhecer como uma mulher feminista e de aprender tudo isso não na teoria, mas na prática como pessoa convivendo com tudo isso*. Sua atuação tem como foco a institucionalização do tema feminismo, como ressaltou em narrativa *não é pra mim hoje um tema de pesquisa, continua não sendo um tema de pesquisa, um tema de extensão, de fato é um tema da militância e da militância hoje obviamente também num lugar privilegiado. Então é possível, é um lugar de muita potência, é um lugar de experimentar muita coisa, de influenciar outros espaços (professora Baraúna)*. A professora reforça a importância da auto-organização inserir o feminismo institucionalmente na universidade, com políticas de segurança para as mulheres, *Eu lutei muito pra que nós tivéssemos mulheres seguranças, mulheres na equipe de segurança do campus IV e quando eu tava nessa luta eu me lembro que um colega disse “mas e aí, quando você conseguir botar mulheres na vigilância vocês mulheres vão andar só pela calçada que tiver vigilante mulher?” Então, essas coisas absurdas, então foi um processo muito difícil, muito, muito pesado (professora Baraúna)*.

A professora Baraúna enfatiza que *a minha tentativa, pegando o feminismo é sempre tentar entrar mais institucionalmente com essa pauta*, recorda ainda de uma das primeiras situações que vivenciou em relação ao feminismo *Eu me lembro que uma das primeiras reuniões para tratar dessa questão, eu me lembro de um colega dizer assim “olhe na sala de aula eu que decido o que vou discutir, nem queiram dizer que isso ou aquilo, que quem decide sou eu” e obviamente em última instância é, é o docente que toma essas decisões, mas é pra gente ter noção do quanto de resistência se tem. Anos depois esse mesmo colega me convida para um evento pautando a questão das mulheres e ele faz uma mesa só de mulheres, ele não senta-se à mesa, aí ele começa o processo sabe? Então são passos pequenininhos que a gente vai dando, dá um passo aqui, dá dez muitas vezes para trás, mas eu tenho percebido avanços (professora Baraúna)*.

A mobilização das mulheres guiou os caminhos das professoras como recorda Baraúna ao falar sobre o encontro com uma colega *E aí vem o próximo 8 de março e a gente se junta, todas, pra organizar esse 8 de março e a gente começa a se colocar como mulheres da UFPB*

e a gente se organiza como mulheres da UFPB nesse 8 de março, que eu acho que foi 2017 (professora Baraúna), momento marcado na trajetória de Jurema também e aí começando a encontrar colegas professoras na UFPB que começam a se organizar pra justamente pensar o 8 de março, então começa a aproximação com outras professoras que têm discutido, trabalhado, militado dentro do campo do direito das mulheres, então eu começo me aproximar e é justamente a partir de final de 2016, começo de 2017, que começa a história do movimento, da militância dentro do campo dos direitos das mulheres e do feminismo (professora Jurema).

3.2 As mulheres da UFPB vão às ruas

A história do Fórum de Mulheres em luta da UFPB está intimamente ligada à Greve Internacional das Mulheres de 2017, que despertou nas professoras, técnicas-administrativas, alunas e mulheres que constroem a universidade a emergência pela auto-organização em seu interior. A Greve Internacional das Mulheres foi convocada por ativistas e intelectuais feministas nos Estados Unidos - EUA por meio de um manifesto intitulado “*Beyond Lean-In: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8th*”, em que expõem questões específicas do contexto dos EUA como o autoritarismo e misoginia do então presidente Donald Trump, ao mesmo tempo, que convoca todas mulheres a nível global para se unir a luta anti-capitalista, antirracista, anti-imperialista e anti-neoliberal no dia 8 de março. No discurso de Angela Davis, na Women’s March em 2017, ela disse “Direito das mulheres são direitos humanos em todo o planeta”.

Esta greve envolveu a articulação de um grande número de entidades e movimentos feministas de forma mais expressiva em cerca de 50 países levando às ruas a denúncia e o enfrentamento ao feminicídio e a violência, pela defesa de recursos e bens naturais, pelos direitos e segurança das mulheres migrantes e refugiadas, pela descriminalização do aborto e pelos direitos reprodutivos, contra o racismo a LGBTfobia dentre tantas outras reivindicações. (VILAÇA; NEIVA; GREGORI; MAIA, 2018, p. 2)

No Brasil, vivenciávamos o pós-golpe de 2016¹² e o combate à agenda anti-democrática da gestão ilegítima de Michel Temer. Braz (2017) faz uma leitura da crise brasileira frente ao

¹¹ Tradução: Para além do “faça acontecer”: por um feminismo dos 99% e uma greve internacional militante em 8 de março.

¹² No dia 31 de agosto de 2016 a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff sofreu o processo denominado *impeachment*, processo marcado por marchas em defesa da democracia e permanência da presidenta e ações de frentes reacionárias e conservadoras da sociedade brasileira. Acesso em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25458/1/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%C3%A3Ane%20ro.pdf>> Acesso em: 25, abr. 2021.

avanço do conservadorismo reacionário e processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ferindo a ilusória experiência democrática do país. Para Braz (2017), assim como em outros momentos da história, o impeachment aconteceu no momento em que a democracia estava sendo questionada e como um show de horrores no dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados protagonizou uma das cenas mais vergonhosas da história brasileira, com discursos misóginos, fundamentalistas e reacionários presidido pelo então presidente da câmara Eduardo Cunha - à época filiado ao MDB e réu em processos políticos - e sua base aliada chamada bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia), acrescido de Bola e Banca para representar o futebol, o sistema financeiro e empreiteiras.

Assim, com aprovação da Suprema Corte, do Legislativo, da parte ativa do Judiciário, da Polícia Federal, empresariado nativo e da mídia, que agiu como um “quarto poder”, a presidenta Dilma foi retirada da presidência e uma série de reformas passaram a tramitar no Congresso Nacional. A pesquisa de Sayarah Santos (2021) trata sobre a dualidade na contrarreforma do Ensino Médio 2016/2017, que ocorre num período de crise estrutural do capital visando atender as lógicas do mercado, segundo Santos (2021, p. 62) “as principais mudanças na contrarreforma do Ensino Médio estão relacionadas à ampliação da carga horária, flexibilização curricular por meio dos itinerários formativos, entrada do itinerário técnico-profissional e legitimação do profissional com notório saber”, desconsiderando as necessidades estruturais e pedagógicas necessárias para atender os sujeitos da escola, o que remete a Proposta de Emenda à Constituição - PEC N°55/2016, de iniciativa da presidência da república, que institui o novo regime fiscal direcionado aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, congelando durante vinte anos os investimento na educação, saúde e segurança pública. Vale ressaltar que, em consulta pública realizada pelo site oficial do Senado Federal, 23.766 pessoas votaram a favor da emenda, enquanto 345.654 cidadãos votaram contra a PEC do teto de gastos, em outras palavras, o voto popular foi novamente desconsiderado nas instâncias governamentais. Outra reforma desencadeada no governo ilegítimo consistiu na Reforma da Previdência, que propunha conter os gastos precarizando ainda mais os direitos trabalhistas e previdenciários¹³.

¹³ A Reforma da Previdência, apesar de muita luta e resistência, foi promulgada em 12 de novembro de 2019 e entrou em vigor em 13 de novembro de 2019 com a publicação da Emenda Constitucional n° 103 no Diário Oficial da União.

Também como parte do cenário político nacional, o Brasil ocupava a 5^o posição em um ranking global de assassinato de mulheres¹⁴, com média de treze mulheres assassinadas por dia no país e, apenas no ano de 2013, foram registradas mais de 4,7 mil mortes, seis em cada 10 mulheres eram negras. Segundo a cartilha do Mapa da Violência 2015, muitas denúncias por violências ocorrem, visto que somente no ano de 2014 “foram atendidas 223.796 vítimas de diversos tipos de violência. Duas em cada três dessas vítimas de violência (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais e/ou outras” (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015, p. 42), os dados mostraram que em todas as etapas da vida os casos de denúncia têm meninas (54,1%) e mulheres (71,3) como maioria quando comparado aos meninos (45,5%) e homens (28,6%). O fim da violência contra a mulher está na linha de frente das reivindicações dos movimentos feministas no país, e historicamente as mulheres têm levado a luta para o asfalto, ocupando as ruas com palavras de ordem e marchando por direitos, bem viver e justiça social.

Neste sentido, debruicei-me sobre leituras que ajudassem a conhecer as raízes do movimento feminista no país. Assim, com a manchete *'20 Anos em marcha: Margaridas comemoram duas décadas de luta e resistência'*¹⁵ a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Alagoas - FETAG ressaltam a luta, resistência e solidariedade das mulheres que marcaram duas décadas de marcha no país, como diz na matéria “Vindas do campo e da cidade, as mulheres se juntam para debater e lutar por melhores condições de vida desde os anos 2000”. A Marcha das Margaridas integra e marca a história do movimento feminista no Brasil, ecoando a força das mulheres na luta pela terra e pela vida. Ana Paula Ferreira (2017) realizou um trabalho em memória de Margarida Maria Alves, líder sindical, camponesa e do movimento de mulheres, que

No dia 12 de agosto, do ano de 1983, novos tiros, novas mortes assombraram o mundo camponês brasileiro. Desta feita, atingiram a Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), Margarida Maria Alves, assassinada, covarde e barbaramente, pelos senhores de terras do Brejo paraibano. Seus algozes seriam amparados pela justiça paraibana, permanecendo impunes até os dias de hoje. (FERREIRA, 2017, p. 11)

FERREIRA (2017, p. 20) acrescenta que aos 23 anos do assassinato de Margarida “foi desencadeada uma onda de manifestações que se propagou pela Paraíba, atingindo todo o país”,

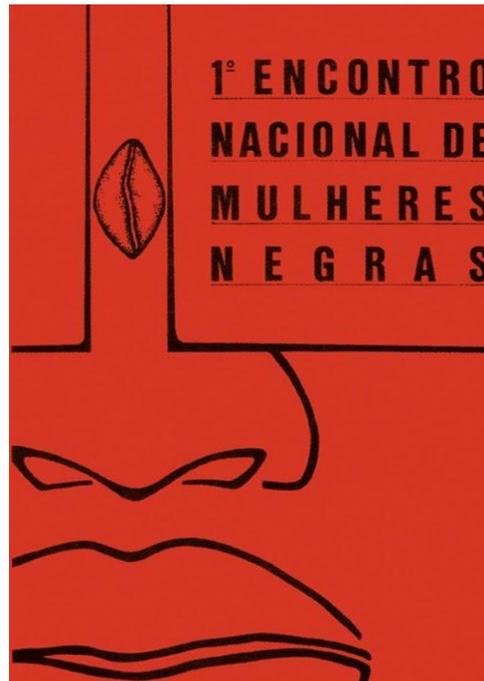
¹⁴ Matéria disponível no link: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/11/brasil-e-o-quinto-pais-do-mundo-em-ranking-de-violencia-contramulher.html>> Acesso: 28, maio. 2021.

¹⁵ Matéria disponível no site da FETAG ALAGOAS, através do link: <<http://fetagal.org.br/noticias/20-anos-em-marcha-margaridas-comemoram-duas-decadas-de-luta-e-resistencia/>> Acesso em: 29 abr, 2021.

como efeito temos a partir do 12 de agosto de 1983 o Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária e no ano 2000 a Marcha das Margaridas. Assim, inspirada na luta das Margaridas, trago para o debate o que dizem pesquisadoras como Djamila Ribeiro (2019), Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2020) sobre o Movimento Feminista com intersecções de raça e gênero, sem dissociá-los como fez por vezes o movimento feminista e o movimento negro. Para falar de Feminismo, Djamila Ribeiro (2014) remonta o trajeto do movimento feminista destacando as principais pautas para refletir sobre as especificidades das mulheres negras que estiveram a margem do movimento.

No Brasil, os ruídos começam a surgir no início do século XIX em que as reivindicações giravam em torno do direito ao voto e espaço público, segundo a filósofa “Nísia Floresta, que ao lado de Bertha Luz é considerada pioneira no feminismo brasileiro, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido” (RIBEIRO, 2014). A pesquisadora Rita de Cássia Araújo (2003) ressalta o pioneirismo das mulheres do estado do Rio Grande do Norte na conquista do voto, em 1927, uma experiência curta, retomada apenas em 1932 com o Decreto nº 21.076 tornando as mulheres brasileiras efetivamente eleitoras.

Já o Feminismo negro no Brasil, começa engajar-se por volta da década de 80 (MOREIRA, 2006), sendo considerado o I Encontro Feminista Latino-americano, ocorrido em Bertioga-SP, como seu marco inicial. Nesse mesmo período, segundo a estudiosa, começam a surgir os primeiros Coletivos de Mulheres Negras e posteriormente os Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras, tendo o primeiro ocorrido em 1988, em Valença - RJ. No entanto, como Moreira (2006) aponta, antes desse período já existiam algumas expressões menos robustas, uma delas data de 1979, no I Encontro Nacional Feminista, no qual houve a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras. O Manifesto, como afirma Caldwell (2000), tornou clara as diferenças de raça entre as mulheres e como elas também precisam ser consideradas em qualquer debate feminista.



Fonte: Projeto Memória

Descrição: Cartaz do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988

Posteriormente, como discorre Moreira (2016, p. 16) que “a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista.” Assim, ganhou cada vez mais força dentro feminismo e durante uma década (1985 - 1995), a grande reivindicação foi a busca por espaço e pela construção de uma identidade feminista negra que considera o racismo como um elemento distintivo e primordial para a discussão de gênero, como apontou Werneck (1997). No entanto, essa aproximação entre o movimento feminismo e as mulheres negras criaram alguns embates no que tange às prioridades pautadas pelo movimento, que segundo Moreira (2016)

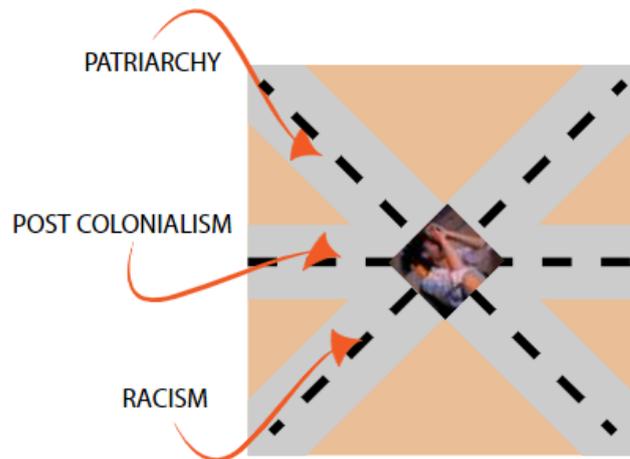
A tensão entre o movimento de mulheres negras e o feminismo “que faz uma leitura do cotidiano e do imaginário das mulheres de classe média” é contemporâneo à crítica ao modelo de identidade feminina universal abstrata que se instaura no interior do feminismo através das vozes de outras mulheres que não se sentiam representadas por essa identidade. (MOREIRA, 2016, p.17)

Partindo dessa perspectiva, Ribeiro (2016) aponta que tanto o movimento quanto a teoria feminista absorveram o discurso da “superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” apontado por Lélia Gonzáles, que põe as mulheres brancas como detentoras de uma voz dominante no movimento. Assim, essa invisibilidade destrutiva que não põe em discussão

pautas fundamentais para emancipação da mulher negra no movimento feminista, expõe uma falta que também é ideológica. Esse silenciamento "epistemológico e de práticas políticas" (p.102), indicado por Ribeiro (2016), faz com que os dados como o Mapa da Violência do ano de 2015 indique que a violência contra as mulheres brancas tivesse uma diminuição enquanto a violência contra as mulheres negras cresceu mais de 50%.

Desse modo, Ribeiro (2016) assinala que "a combinação de opressões coloca a mulher negra no lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimento de outras" (p. 102). Essa concepção de interseccionalidade foi formulada em meados dos anos 80, pela professora de direito estadunidense Kimberlé Crenshaw, a partir da publicação do artigo intitulado por "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". A publicação do estudo promove, segundo Akotirene (2020), um novo paradigma não só teórico, mas também metodológico de ruptura de um padrão de discriminações que se entrelaça, que precisava ser singularizado e discutido a partir de uma interseção de identidades.

As identidades interseccionais, a partir da leitura de Akotirene (2020) "impede reducionismos da política de identidade - elucida as articulações das estruturas modernas coloniais, [...] investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações" (p.59). Isso demonstra que a interseccionalidade se configura como uma análise profunda e apurada sobre as inter-relações estruturais e destaca as possíveis consequências históricas, sociais e políticas dessa interação. Akotirene (2020) seguindo Crenshaw, aponta que a interseccionalidade aponta que a mulher negra está localizada em um cruzamento (avenidas) identitário, que por vezes não são considerados em sua totalidade. A ilustração abaixo demonstra como a posição da mulher negra é um lugar de cruzamento.



Gender and race discrimination | K. Crenshaw

Fonte: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

Descrição: Analogia sobre a discriminação de raça e gênero

Essa conhecida analogia da Crenshaw, na qual as ruas representam as múltiplas direções que se interseccionam, vindo do norte, sul, leste e oeste, simbolizam os “eixos de discriminação”, como indica ASSIS (2019), essa violência que parte de todos os sentidos cruzam a mulher negra. É ela, assim, o centro da colisão entre essas diferentes barreiras que se avultam ainda mais quando se tocam. Esse pensamento desenvolvido por Crenshaw demonstra o quanto é fundamental considerarmos os marcadores sociais e como eles são fundamentais para uma compreensão tangível das relações sociais, considerando as ressalvas apresentadas pela Akotirene (2020), “a interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodologia, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora.” (p.114)

Assim como o feminismo negro, o transfeminismo tem estado em um lugar marginal dentro da pauta feminista, como aponta a pesquisadora Nascimento (2021), para isso a estudiosa retoma o relato descrito por Coacci (2014) no qual antes e também durante o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Serra Negra - SP no ano de 2005, houve vários momentos de conflito, o primeiro que antecedeu o evento foi motivado pela recusa da organização do evento ao pedido de participação do movimento trans, já durante o evento a discussão se acirraram ainda mais, então a comissão organizadora decide realizar uma votação, na plenária final, sobre a participação do movimento trans nas próximas edições, o resultado final foi favorável mas lamentavelmente não contou com a participação das mulheres transexuais e travestis (NASCIMENTO, 2021).

Essa marginalidade das mulheres transexuais e travestis, também estava presente dentro do movimento LGBTQIA+, pois as políticas que estavam em pauta não consideravam sua

existência enquanto sujeita cidadã. Desse modo, o movimento privilegia historicamente as demandas do “homem gay, branco, de classe média, magro e sem deficiência” (p.72) e acrescento também, não afeminado. Para Vieira (2018) as questões de orientação sexual pautadas por gays e lésbicas, diferente das questões de gênero que são a principal pauta das pessoas trans, causavam uma sobreposição de demandas que contribuiu, segundo a pesquisadora, para a marginalização da demanda trans dentro do movimento LGBTQIA+. Temos que considerar também que mesmo em meio a essa periferia, as mulheres transexuais e travestis participaram da luta por direitos, em diferentes momentos históricos, sendo sempre a ponta de lança.

Marsha Jonhson, travesti negra, e Sylvia Rivera, travesti porto-riquenha, ambas protagonistas da Revolta de Stonewall, participaram ativamente da luta nas ruas, no entanto, posteriormente, como afirma Nascimento (2021) o movimento passou a ser ocupado predominantemente por homens gays e designado como “movimento gay”. Duas personagens históricas, citadas por Nascimento (2021), a partir dos relatos de Gomes de Jesus (2019), também fizeram parte desse espaço de reivindicação, que foram a Xica Manicongo, que “para ser vendida a um sapateiro no século 16, enfrentou o Tribunal do Santo Ofício e foi obrigada a vestir-se com roupas masculinas para preservar sua própria vida.” (p.86), o Brasil Colônia, período de inúmeras atrocidades, deixou suas marcas de desprezo pela vida humana no corpo dessa mulher.

A segunda personagem histórica importante, trazida por Nascimento (2021) através da tese de doutorado da Oliveira (2017), é a Yaya Marquinhos, que já no século 19 colocava em questão o gênero e problematizar esse lugar que lhe fora atribuído, de homem negro. Tal como, Xica Manicongo, Yaya utilizava roupas classificadas como femininas e, também, reclamava ser tratada enquanto mulher, que era. Assim, torna-se evidente que as mulheres travestis e transexuais lutam bravamente para conquistar alguns avanços que mesmo estando aquém do que se deseja, já é sem dúvida um pequeno avanço dessa pauta de luta. Em meio a tudo isso, destaca-se, atualmente, “uma corrente teórica e política vinculada ao feminino” (p.68), denominada por transfeminismo, que compreende as múltiplas formas de ser mulher, focalizando na pluralidade de existências femininas que têm subvertido cotidianamente a velha concepção universalizante, e por consequência excludente. (NASCIMENTO, 2021)

Para Nascimento (2021), a atual multiplicidade de correntes teóricas dentro do feminismo demonstra que um só pensamento não comporta as diversas expressões femininas que o integram. Assim, os diferentes pontos de fala são fundamentais, não apenas lugares em comum. Então, o transfeminismo, em suma, consiste em “um movimento epistêmico e político

feito por e para mulheres transexuais e travestis” (p.70), que (re)pensa as experiências gênero, raça, classe, corpo, política e outras nuances que cercam a existência das mulheres travestis e transexuais. Esse entrecruzamento de vozes e lugares, remota, por vezes o lugar interseccional ocupado pelas mulheres trans e travestis, que assim como o da mulher negra, precisa ser compreendido e discutido a partir de suas particularidades. Para tanto, Nascimento (2021) a partir das leituras de Kaas (2012;215) afirma, que as principais demandas do transfeminismo são

Hailey Kaas (2012;2015) nos inspira a pensar uma agenda política diversa, com demandas sociais bastante urgentes, para a população de mulheres transexuais e travesti, que sintetizo nos seguintes pontos: (1) poder de agência/autodefinição; (2) cisgeneridade com estratégia de nomeação dos corpos não trans; (3) despatologização das identidades trans e travestis; (4) *body-positive (corpo positivo)*: empoderamento das múltiplas corporalidades trans e travestis; (5) enfrentamento da transfobia e do transfeminicídio; (6) direito à saúde. Decerto existem outras demandas; essas, porém, são as que pretendo abordar de forma mais incisiva na agenda política. (NASCIMENTO, 2021, p. 91).

Para tanto, o transfeminismo questiona o lugar que o genital ocupa na expressão de gênero, pois ele não é, nem de longe, o fator crucial para determiná-lo. Como também, indaga sobre o apagamento e o epistemicídio dessas mulheres, para tanto, Nascimento (2021) sugere a leitura de textos de mulheres transsexuais e travestis, como o pontapé inicial. Pois, esse conhecimento é ferramenta da luta política do transfeminismo para “atuar contra o sexismo e a transfobia e pautar políticas específicas de reconhecimento do segmento trans.” (p.72). E para isso, o movimento, ainda se utiliza, das redes sociais, como um campo predominante dessa discussão, não só pela relativa facilidade, mas também pela exclusão dos debates institucionais. Nela as experiências se ampliam, sendo um espaço de compartilhamento de vivências que, como Nascimento (2021) afirma, salva vidas.

Diante disso, em meio a conjuntura política nacional e internacional, e da estrutura acadêmica que constantemente oprime as mulheres dentro da UFPB, as três professoras em suas narrativas contaram que se juntaram com outras professoras também feministas para pensar como contribuir de forma organizada com o ato do dia 8 de março em João Pessoa, um dos encontros foi contado pela professora Baraúna, ela estava participando de uma atividade no campus I e *a gente se reencontrou com Mandacaru e a gente organizou uma atividade no campus IV, então Ipê¹⁶ e Mandacaru foram ao campus IV, pra uma atividade lá pra apresentar*

¹⁶ Pseudônimo.

"Um grito por elas¹⁷" e pra gente começar a pensar como trabalhar mais em rede né. E aí vem o próximo 8 de março e a gente se junta, todas, pra organizar esse 8 de março e a gente começa a se colocar como mulheres da ufpb e a gente se organiza como mulheres da ufpb nesse 8 de março, que eu acho que foi 2017 (professora Baraúna).

As professoras começaram a se organizar coletivamente e, em pouco tempo, fizeram a primeira convocação de plenária geral para todas as mulheres e de todos os *campi* da UFPB, com o objetivo de as mulheres participarem do ato 8M de forma organizada. A convocatória viralizou por meio das redes sociais e reuniu em torno de 80 mulheres dispostas a construir o 8 de março em João Pessoa, além da agenda de atividades (oficinas, exposições, apresentações culturais e aulas públicas) realizadas no mês de março nos *campis* I, II, III e IV da UFPB. Os dias que antecederam o 8M foram de construção coletiva dentro e fora da universidade, com entrega de panfletos e convites para participação do ato de forma organizada, bem como oficina de cartazes e finalmente *no 8 de março a UFPB historicamente levou mulheres organizadas pra rua, então tinha lá o bloco ali dentro do ato, o bloco da UFPB, mas era o bloco das mulheres né, com faixas, os sindicatos participaram também, centros acadêmicos e outros coletivos também feministas que acompanharam (professora Mandacaru).*

Neste momento, evoco minhas próprias memórias sobre este dia, em que a mulherada da universidade ia chegando, se encontrando e se reconhecendo como parte de um coletivo. Eu estava lá, encontrei entre as pessoas rostos conhecidos, cheguei junto, marchei, reivindicamos melhores condições de vida e trabalho para nós mulheres, reivindicamos o fim de violência e políticas que atendam nossas demandas, respeitando a diversidade de mulheres. Esse momento simboliza nossa potência, estávamos na rua por “Universidade para TODAS” e isso significa dispor de uma estrutura diferente da existente na universidade, que em seus regimentos e políticas internas nega a existência das mulheres, seguindo a lógica acadêmica excludente.

A professora Mandacaru acrescenta *pensando também na característica da UFPB é pensar também uma universidade que historicamente está arraigada e determinada pelas características conservadoras do nordeste brasileiro, pensando na Paraíba, então é aquela força do coronelismo, do machismo, que tem sim uma característica nordestina e pesada; não que as outras regiões do Brasil sejam livres disso, mas quando a gente fala de Nordeste a gente fala de um peso histórico, que a gente vai encontrar na cultura, que a gente vai encontrar nas*

¹⁷ O Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Mídia - GEM criou em julho de 2016 a campanha “Um grito por elas: Mulheres da UFPB contra a violência”, dispondo de uma plataforma virtual com o objetivo de acolher relatos e denunciar casos de violência contra a mulher na Universidade Federal da Paraíba.

relações políticas, que isso tem a ver obviamente com a formação sociohistórica e econômica do Brasil, né? E que cada região vai ter ali a sua particularidade e a gente pode traçar isso também quando se fala de nordeste, de paraíba (professora Mandacaru).

Diante disso, com a efervescência gerada pela greve do 8M fez surgir a questão “E agora, como é que a gente segue?” (professora Baraúna), neste momento as reuniões continuaram porque todo mundo ficou se perguntando “o que a gente vai fazer daqui pra frente?” porque a gente conseguiu reunir tantas mulheres legais, de luta e decidimos que íamos fazer o primeiro seminário mulheres e universidade, então esse primeiro seminário foi um desafio enorme, a ideia foi fazer 1 de abril porque justamente parecia que era uma brincadeira né, de feriado, dia da mentira, aquela coisa toda (professora Mandacaru) e a gente conseguiu em pouquíssimo tempo organizar o seminário, realizado num sábado, no dia 1 de abril e a gente lotou assim um auditório, foi uma coisa surpreendente a gente ter mais de 200 mulheres inscritas. A gente conseguiu mobilizar e organizar vários GTs [grupos de trabalho] e foi uma surpresa muito grande né, para todas nós, a potência daquilo tudo (professora Baraúna).

O I Seminário “Mulheres e Universidade: por uma política institucional de combate às opressões” foi realizado no dia 1 de abril de 2017, no campus I da UFPB, com mais de 200 inscrições, o seminário contou com cerca de 180 mulheres presentes, entre elas técnicas-administrativas, discentes e docentes de todos os *campi*. O seminário dividiu-se em Grupos de Trabalho - GTs para discutir a vivência das mulheres dentro da UFPB e todos eles apontaram para a urgência em combater a violência dentro dos *campi* da universidade, como recorda a professora Mandacaru *ficou um relatório enorme e pra dá conta dessa questão da violência um indicativo de que a UFPB assumisse essa necessidade da questão da violência, para que não ficasse a mercê de núcleos de pesquisa, de extensão só, mas que a UFPB enquanto instituição pudesse dar respostas a isso (professora Mandacaru).*

O Fórum de Mulheres em Luta da UFPB disponibilizou o relatório final do I Seminário e durante o contato com uma das coordenadoras do Fórum, a mesma ressaltou que o documento teve como finalidade reunir as denúncias e reivindicações das mulheres a serem entregues em audiência pública a Reitora, convidando a universidade a assumir o compromisso com as reivindicações presentes no relatório, além da urgência em institucionalizar políticas de prevenção, proteção e enfrentamento a violência contra a mulher em todos os *campi*. À vista disso, o I Seminário Mulheres e Universidade organizou-se em seis GTs com os eixos: Segurança e violência contra as mulheres; Assistência estudantil e a garantia de estudo e de trabalho para as mulheres; Lesbofobia, Bifobia e Transfobia; Trabalho, participação e

representação em espaços de poder; Mulheres Negras e a universidade; e Mulheres Indígenas e a universidade.

O relatório produzido trouxe 44 denúncias e 102 propostas elaboradas nos seis grupos de trabalho. As denúncias giraram em torno de questões referentes à racismo institucional, preconceito, assédio, sub-representação, epistemicídio das produções intelectuais não hegemônicas, maternidade e carreira, não acolhimento de mulheres e crianças na Universidade, desigual divisão de trabalho acadêmico, ausência de debates de gênero na academia e de espaços de denúncias, desrespeito ao uso do nome social, e poucas mulheres na segurança. (VILAÇA, NEIVA, GREGORI, MAIA, 2018, p. 4)

No GT 1 “Segurança e violência contra as mulheres” as mulheres denunciaram casos de assédios cometidos por pessoas ligadas a diferentes instâncias da universidade, os impactos dessas violências na saúde mental e a negligência institucional no trato das denúncias realizadas. As mulheres também denunciaram a falta de assistência as estudantes mães e suas crianças, visto que a maternidade quando evocada sucede como nas situações vivenciadas pela professora Jurema. À vista disso, uma série de propostas foram elaboradas, a começar pela criação de “um espaço exclusivo de atendimento (emergencial, psicossocial e jurídico) às mulheres em situação de violência na universidade, composto por mulheres” (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO, 2017), uma ouvidoria específica para as mulheres, acompanhamento de denúncias e processos de assédios, paridade entre homens e mulheres na equipe de segurança, capacitação das e dos profissionais da universidade sobre a questão de gênero, debater junto ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e Conselho Universitário - CONSUNI a alteração do regimento interno incorporando questões de gênero, ampliação das creches e brinquedotecas na universidade, entre outras propostas que visam garantir segurança, dignidade e respeito às mulheres no exercício de suas funções, seja como discentes, docentes, técnicas-administrativas, trabalhadoras e mulheres que convivem na UFPB.

O GT 2 "Assistência estudantil e a garantia de estudo e de trabalho para as mulheres" denunciou e reivindicou melhores condições de saúde, alimentação e segurança para as mulheres que estudam na UFPB, acrescentando melhores condições de moradia para as residentes da universidade. Entre as propostas, está o acesso direto das/os estudantes ao Hospital Universitário - HU, ampliação das vagas para residência universitária, abertura do terceiro Restaurante Universitário - RU, garantir a todas e todos estudantes acesso ao RU com comida de qualidade, ampliação dos auxílios, garantir espaços de acolhimento para gestantes, bebês e crianças, inclusão de fraldários nos *campi*, ampliação da Brinquedoteca e Escola de

Educação Básica (com contratações de profissionais, educadoras e melhoria de estrutura física), dentre outras propostas que se aproximam das descritas.

O GT 3 "Lesbofobia, Bifobia e Transfobia" denunciou inicialmente as barreiras das mulheres trans no alcance e permanência no ensino superior, seguido de situações de violência, ausência de espaço para denúncias, orientação e ausência de um atendimento voltado para mulheres trans, lésbicas e bissexuais; desrespeito ao uso do nome social (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO, 2017). Como proposta, as participantes elencaram a criação de uma ouvidoria específica para denúncias de LGBTfobia, espaços de formação e investimento em projetos sobre a temática LBT, "Garantia de atendimento especializado no HU e no CRAS, em relação à saúde sexual, para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais" e "Garantir o uso do nome social em todas as dependências da UFPB, principalmente no Hospital Universitário" (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO, 2017).

No GT 4 "Trabalho, participação e representação em espaços de poder" têm-se a denúncia da pequena representatividade de mulheres nos órgãos da universidade, obstáculos na progressão de carreira em razão de gestação e puerpério, condições de trabalho das terceirizadas que as impedem de participar de espaços de organização coletiva, denúncias de assédios, ausência de mulheres no atendimento de vítimas de assédio, ausência do debate de gênero em cursos de graduação e pós-graduação, dentre outros. Na tentativa de reverter essa realidade, as participantes do GT propuseram apresentar dados separados por sexo (presença em cursos, departamentos, conselho), cotas para mulheres em espaços de poder na UFPB, garantia de melhores condições de trabalho das funcionárias terceirizadas (constar nos contratos), incentivar professores e professoras a levar o debate sobre gênero para os cursos de graduação e pós-graduação e criação de uma Pró-Reitoria das mulheres (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO, 2017).

O GT 5 "Mulheres Negras e a universidade" denuncia a ausência de representatividade das mulheres negras nos espaços de gestão e poder da UFPB, epistemicídio da produção intelectual de pesquisadoras negras, "ausência de dados sobre a condição da população negra na UFPB" (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO, 2017), criminalização da juventude negra dentro dos *campi* da UFPB e ausência de políticas de permanência. Como propostas, as participantes trouxeram a incorporação do recorte étnico-racial nos documentos internos da instituição após a entrega deste relatório, fomentar a presença das mulheres negras nos espaços representativos, mapear a situação e inserção das mulheres negras (discentes, docentes, técnicas-

administrativas, terceirizadas) na UFPB, incentivar ações, projetos, formação e inclusão nos currículos o recorte de raça e gênero, ampliação de vagas em creches para estudantes negras.

No GT 6 "Mulheres Indígenas e a universidade" as potiguaras presentes denunciaram constantes situações de assédio e preconceito na UFPB por serem indígenas. Além de chamar atenção para a negligência da instituição frente às agendas específicas do movimento de mulheres e movimento indígena. Como mudança de cenário, as participantes destacaram a necessidade de trabalhar políticas de visibilidade indígena dentro da UFPB, com o intuito de atender as demandas específicas das mulheres indígenas e fora da universidade no sentido de diminuir o preconceito, também apontaram para a urgência em garantir a proteção das estudantes vítimas de assédios, com espaço institucional de acolhimento e orientação.

Assim, no dia 26 de abril de 2017 temos o relatório do I Seminário Mulheres e Universidade, fruto da construção coletiva das mulheres da UFPB que começam a movimentar suas estruturas. Estar organizada na universidade inscreve essas mulheres em outro lugar, como narra a professora Mandacaru sobre suas contribuições enquanto docente e feminista, *eu não consigo estar na universidade sem estar organizada, sem estar pensando com outras mulheres né, essa instituição e também voltada pra uma condição militante que a para que a gente possa dizer pra UFPB que as mulheres não vão permitir que essa instituição continue reproduzindo violência, continue reproduzindo racismo, transfobia, lesbofobia, que não continue enxergando a divisão sexual do trabalho, a condição das alunas e servidoras que são mães, que não tem a mínima estrutura pra receber as mulheres mães, que a todo momento vem dizendo "Ó, lugar de mulher não é aqui. Casa, vão embora, que aqui não consegue ficar" e a gente dizendo que a gente vai ficar, que a gente não vai resistir e que a gente vai exigir sim os direitos (professora Mandacaru).*

Diante de dois eventos surpreendentes e profundos protagonizados pelas mulheres, nomeadas a princípio de "Articulação de Mulheres da UFPB" e, posteriormente, em plenária realizada no dia 26 de maio de 2017 é criado o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, *foi uma emoção nesse dia porque a gente viu que a gente estava mexendo com o vespeiro né? que é o machismo, o racismo, a transfobia dentro da UFPB e a gente tava mexendo com uma estrutura super conservadora, uma instituição onde tudo isso se expressa de uma forma muito cotidiana, né? que tá ali nas relações desde quando você passa pelas portarias com os seguranças as relações hierárquicas entre professor-aluno (professora Mandacaru).*

O Fórum de Mulheres em Luta da UFPB apresenta-se como uma organização política feminista, auto-organizada, autônoma e deliberativa presente na instituição. Neste processo,

determina-se inicialmente como público desse Fórum as mulheres que trabalham, estudam e que convivem na UFPB. *Então não necessariamente as mulheres que têm vínculo formal, mas as mulheres por exemplo que trabalham nas lanchonetes, as meninas que são público dos projetos de extensão e de pesquisa, então pessoas que vivem ali dentro da universidade, mas que necessariamente não são discentes nem servidoras, né? E essa é uma característica importante porque todas as ações do fórum envolvem esses quatros segmentos, de mulher ali na UFPB. Gente, desde então a gente só avança né? avança contra o machismo ali, o racismo na UFPB (professora Mandacaru).*

Voltando um pouco à história, gostaria de contar sobre a experiência da professora Baraúna ao começar a mexer no vespeiro que é o campus IV. A entrada da professora em espaços de gestão trouxe uma nova perspectiva para as mulheres que passam a procurá-la *normalmente quando eu estava sozinha no horário da tarde, quando colegas homens não estavam comigo, as estudantes se sentiam à vontade para chegar e contar os casos de assédio né? E aí a gente foi percebendo que não existiam casos de assédio só em relação às estudantes, mas também em relação às funcionárias, às professoras, as mulheres viviam, que vivem e convivem dentro da UFPB (professora Baraúna).* Deparar-se com tantos casos de assédio despertou na professora Baraúna a necessidade de buscar informações que pudessem fornecê-la parâmetros para ajudar as mulheres que convivem no campus.

A professora procurou ONGs que discutem o feminismo e a violência contra a mulher e passou a incentivar a introdução institucional de medidas para barrar os assédios sofridos pelas mulheres no campus IV, além de debates sobre as questões das mulheres. Segundo a professora, *no campus IV então a gente começa a celebrar o 8 de março em 2016, a celebrar como um momento de colocar em pauta essa questão da violência contra as mulheres e isso vai tomando uma potência muito grande. Há muito tempo o campus IV, de forma muito autônoma, estudantes mulheres e homens, héteros e não héteros, começam a organizar atos. [...] E aí no campus IV a gente teve algo de movimento, que foi a Marcha das Vadias e, ao mesmo tempo, ação coletiva no campus IV. E esse foi um momento muito importante, de muito aprendizado né, para todas nós e aí a pauta do feminismo começa a ganhar espaço institucional né, a partir desse movimento, então nós começamos assim, eu comecei sempre a repetir que a gente precisava de um espaço institucional que desse conta de atender essas questões e encaminhá-las (professora Baraúna).*

Neste cenário, o movimento vai ganhando força dentro do campus e como conta a professora Baraúna existiram diferentes tentativas de institucionalizar o feminismo, a começar

pela criação de uma Comissão de Política de Gênero, *então a gente criou essa comissão composta por homens e mulheres pra pensar uma política de gênero para o campus IV (professora Baraúna)*. A experiência da Comissão, segundo leitura da professora, *a gente percebeu também que a nossa organização local de criar uma comissão para cuidar dessa pauta não foi uma experiência tão exitosa, talvez pelo próprio formato de comissão, que agrega uma quantidade muito maior de pessoas e que às vezes não consegue caminhar, talvez também por ter sido uma comissão mista, mas a nossa experiência acabou não sendo tão exitosa, então a gente extinguiu a comissão do campus IV (professora Baraúna)*.

Uma das conquistas do movimento de mulheres no campus IV consistiu na integração de mulheres na equipe de segurança do campus, a professora relembra esse momento e reconhece *eu lutei muito pra que nós tivéssemos mulheres seguranças, mulheres na equipe de segurança do campus IV (professora Baraúna)*. Ela conta que durante o processo foi alvo de piadas e quando *eu tava nessa luta eu me lembro que um colega disse “mas e aí, quando você conseguir botar mulheres na vigilância vocês mulheres vão andar só pela calçada que tiver vigilante mulher? Então, essas coisas absurdas, então foi um processo muito difícil, muito, muito pesado”*. Com uma série de avanços, o campus IV passa a construir coletivamente um movimento local, no entanto, após sua consolidação surge a demanda pela Greve Internacional das Mulheres, as estudantes, professoras, servidoras e demais mulheres que ergueram o movimento no campus IV direcionam sua energia na construção do 8M em João Pessoa e, posteriormente, na criação do Fórum e aquele movimento local ainda pulsante começa a perder força. A professora Baraúna recorda que nesse período *do campus IV a gente tinha várias docentes muito engajadas, na verdade a gente tinha algo pulsante ali no campus IV, a gente tinha as três categorias estudantes, técnicas e professoras, então como a gente tinha o coletivo de mulheres do campus IV então a gente tinha uma pulsão muito grande ali e grande parte dessas mulheres veio com muita força pra essa criação do Fórum de Mulheres da Ufpb (professora Baraúna)*.

Ao refletir sobre esse movimento, a professora Baraúna destaca que *o que é interessante é que como a gente do campus IV coloca uma energia muito grande na criação do Fórum, acaba que aquele movimento mais próprio do campus IV vai se fragilizando, porque a maioria das reuniões ocorrem no campus I, a gente precisava vir pro campus I e a gente não conseguia se desdobrar entre duas atividades né, mas era consenso entre a gente que a energia precisava ser colocada nessa questão do Fórum, então paulatinamente a nossa articulação mais local foi se fragilizando bastante (professora Baraúna)*. Sobre esse movimento de mudança, a

professora acaba por inferir uma avaliação, ela diz *eu tenho uma avaliação que isso também não é somente resultado do nosso engajamento no Fórum, mas é também porque a gente partiu do nada, a gente não tinha nada, a gente se juntou e a gente fez muita coisa dentro do campus. Depois várias professoras começaram a desenvolver projetos de extensão pautando o feminismo, então assim a situação foi se reconfigurando, a gente tem a criação do Fórum, a gente tem projetos de extensão sendo desenvolvido em maior quantidade e a gente tem a criação da CoMu, então o contexto também é diferente e emana energia diferente da nossa parte né (professora Baraúna). Neste sentido, as mulheres de todos os campi encontravam-se engajadas no combate à violência dentro da UFPB, então esse comitê hoje é uma das grandes conquistas desse movimento que se inicia em 2017 (professora Mandacaru).*

3.3 Por uma política feminista na UFPB

O Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu) foi aprovado no dia 28 de setembro de 2018¹⁸, em reunião do Conselho Universitário - CONSUNI, com aprovação da Resolução N° 26/2018 que dispõe sobre a criação da CoMu, regulamentando-a como política institucional promulgada em 16 de novembro de 2018. Neste documento, a CoMu torna-se órgão consultivo, deliberativo e executivo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão - PRAC da UFPB, como uma demanda atendida do I Seminário Mulheres e Universidade, em abril de 2017.

Nós vamos ter aí como um resultado mesmo dentro de uma gestão conservadora também, né? A gente consegue aprovação do Comitê de enfrentamento a violência contra a mulher, a primeira experiência de uma universidade federal no Brasil onde se tem institucionalizado uma política de enfrentamento a violência contra a mulher, então o que a gente encontra sempre em outras universidades vão ser núcleos, projetos e aqui na UFPB a gente conseguiu aprovar uma resolução no CONSUNI que é o conselho superior, tendo uma verba específica, uma equipe específica e uma estrutura específica baseado totalmente nas diretrizes nacional de combate à violência contra as mulheres (professora Mandacaru).

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – PNEVM (2011), elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que hoje encontra-se inexistente, discute o enfrentamento e os tipos de violência contra a mulher, recapitulando as primeiras conquistas do Movimento Feminista no tocante a legislação, assim, na década de 80 temos “Em

¹⁸ Disponível através da página oficial do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB <<https://www.ufpb.br/comu>> ou <https://www.ufpb.br/comu/Resolucao_26_2018.pdf>

1985 justamente na culminância da Década da Mulher, declarada pela ONU, é inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei nº 7.353/85” (PLANO NACIONAL MULHERES, 2011, p. 15). O Plano apoia-se no conceito de violência contra às mulheres presente na Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003, qual seja, “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado” (BRASIL, 2003, p. 1), acrescentando que

A violência contra as mulheres não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), assim como as relações entre homens e mulheres. É um fenômeno, portanto, que se dá no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento, bem como o reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribuem para sua exacerbação. (PLANO NACIONAL MULHERES, 2011, p. 20)

Diante disto, faço uma breve incursão sobre usos do conceito de gênero no decorrer da história, sobretudo, em razão do presente estudo estar fincado nas questões de gênero. Primeiramente, incorporo a reflexão feita por Joan Scott (1990) ao dizer “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (p. 71), assim como o termo gênero. Neste sentido, apoio-me na concepção apresentada por Louro (2014) no livro *Gênero, Sexualidade e Educação*, em que a autora defende que o conceito de gênero está intimamente ligado ao movimento feminista contemporâneo, atravessado linguística e politicamente pelas lutas protagonizadas pelas mulheres.

Carvalho e Rabay (2015) debatem sobre o conceito de gênero e suas compreensões, as pesquisadoras pontuam que “originalmente, gênero não era uma invenção do feminismo, entendido como campo político e teórico. Da linguística, o termo migrou primeiro para a sexologia e depois para o feminismo” (p. 120), na área da sexologia temos como percussor John Money, que utilizou o conceito de gênero em seus estudos sobre pessoas intersexo (CALIXTO, 2018), além disso, a bióloga Donna Haraway (2004) afirma que o conceito de gênero foi utilizado pelo psicanalista Robert Stoller, em 1963, durante um congresso para abordar a identidade de gênero, com vista a distinguir natureza e cultura. Seguindo este caminho, por

volta de 1970 o conceito passa a ser incorporado pelas estudiosas feministas (MEYER, 2003; PISCITELLI, 2009).

Para essas pesquisadoras feministas, o gênero surge no sentido de negar o determinismo biológico direcionado as mulheres e homens (SCOTT, 1990; CARVALHO; RABAY, 2015; CALIXTO, 2018), assim, a diferença de gênero era produzida culturalmente. Neste primeiro momento o conceito de gênero estava ligado a demarcação da diferença entre homens e mulheres, dentro de uma perspectiva binária; além de ser visto, em alguns casos, como um sinônimo para mulher (SCOTT, 1990; CARVALHO; RABAY, 2015).

Quanto ao período histórico, o conceito foi elencado durante a conhecida segunda onda do movimento feminista, que teve como símbolo a obra *Le Deuxième Sexe* (O segundo sexo), escrito pela filósofa francesa Simone de Beauvoir e publicado em 1949. No livro a autora questiona os papéis sexuais e construção social do ser mulher na sociedade, uma das passagens famosas da obra diz “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado” (BEAUVOIR, 2009, p. 361) que chamam de feminino. No Brasil, segundo Frei Betto (2006) o primeiro grupo auto-organizado de feministas, pós efervescência de O segundo sexo, surge em São Paulo, no ano de 1972 com as figuras de “Célia Sampaio, Walnice Nogueira Galvão, Betty Mindlin, Maria Malta Campos, Maria Odila Silva Dias e, mais tarde, Marta Suplicy” (p. 23), além disso, Betto (2006) ressalta a frente de resistência formada pelas mulheres durante a ditadura militar no país.

Na década de 1980, segundo Piscitelli (2009) as abordagens de gênero passaram por reformulações, visto que até então o movimento feminista influente era o burguês, que acabou por não sinalizar as diferenças entre as mulheres. Neste sentido, Piscitelli (2009) ressalta que essa identidade foi questionada pelas feministas negras, dado que “sua posição social e política as tornava diferentes e diferenciava também suas reivindicações” (p. 140), entre elas a exigência que o debate de gênero incluísse outros marcadores do sistema de diferença, como raça, classe, sexualidade, nacionalidade, geração, entre outros (MEYER, 2003). De acordo com Carvalho e Rabay (2015) apenas “na década de 1990 que as questões de gênero ganharam visibilidade na pesquisa e na política educacional brasileira” (p.121), neste período com os atravessamentos do feminismo interseccional e plural.

Além disso, como aponta Piscitelli (2009) a década de 80 sinalizou que o debate de gênero focado na demarcação das diferenças entre homens e mulheres “não esgota os sentidos

do gênero” (p. 143), uma vez que a discriminação de gênero atinge todos os corpos que não se ajustam ao padrão binário, atravessando sujeitos e instituições sociais. Para essa discussão, a teoria *Queer* presente nos estudos da filósofa Judith Butler apresenta-se como referência, assegurando que o debate de gênero continua sinalizando diferenças e desigualdades, mas, que para além da concepção binária homem e mulher, as formulações do conceito perpassam raça, classe social, nacionalidade, geração, e como Piscitelli (2009) ressalta “essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres” (p. 146). Com base nestas reflexões, o presente estudo se apoia em concepções não binárias do conceito de gênero, compreendendo que o mesmo não pode ser pensado de forma isolada, mas, na relação com outros marcadores de diferença.

Quanto as concepções do gênero na constituição de leis de proteção a mulher, temos no Brasil a criação da Lei Maria da Penha (nº 11.340/06) que dispõe de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, indica em seu Art.7¹⁹ as formas de violência, são elas: a violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e a violência moral. Além de outras definições de violência, como a violência de gênero que caracteriza-se em ações ou condutas baseadas no gênero que venha causar morte ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, e está intimamente ligada a Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio (nº 13.104/15) sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, que inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos e classifica como feminicídio no Art. 1 “**Feminicídio VI** - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 2015). Sendo a

¹⁹ Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
 II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões;
 III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
 IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
 V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
 (Lei 11.340, 2006, p .2)

violência doméstica que ocorre em casa ou espaços domésticos, em que as agressões incluem: abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono; já a violência intrafamiliar consiste em ações ou omissões que causem danos físicos, de bem-estar, psicológicos ou a liberdade de membros de uma família, independente do espaço o que caracteriza essa violência são as relações de parentalidade sanguínea ou não; violência institucional cometida pelas instituições e serviços públicos.

Movimentos feminista, de mulheres e populares da Paraíba vem somando forças para reivindicar mecanismos de proteção às mulheres e criação de políticas públicas específicas. Em 2010, a Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba foi criada e o governo do estado, no mesmo ano, assumiu compromisso com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (lançado em 2007 no governo Lula²⁰). Entre 2013 e 2015 foram realizadas ações referentes ao I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, elaborado pela Secretaria da Mulher e Diversidade Humana – SEMDH e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM. Em João Pessoa, capital paraibana, têm-se o I Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do município de João Pessoa-PB para os próximos oito anos (2020-2028), estruturado a partir dos eixos: Saúde das Mulheres, Educação Inclusiva, Trabalho e Geração de Renda, Segurança, Lei Maria da Penha e Ações emergenciais da COVID-19.

Além das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher - DEM, coordenações, fóruns, núcleos, secretarias e outros setores, a cidade conta também com dois programas de enfrentamento a violência contra a mulher, são eles: o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra – CRMEB, criado em 2007 com o objetivo de acolher, orientar e encaminhar mulheres em situação de violência que buscam o serviço; e o Programa Ronda Maria da Penha, sancionado em 2019, se propõe a realizar monitoramento e visitas às mulheres em situação de violência doméstica, familiar e sexual que detêm legalmente medidas protetivas de urgência.

Algumas experiências a nível de universidade foram iniciadas em IFS pelo país, seja com criação de comissões, diretrizes, orientações e ações frente o combate à violência contra a mulher nos institutos. Em 2006, no campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP criou-se a Comissão para Apurar Denúncias de Violência Contra Mulheres e Gênero – CAV, com o objetivo de desenvolver ações para coibir a violência de gênero dentro e fora do campus, além de prevenir, acolher e encaminhar casos de violência contra as mulheres no

²⁰ Luiz Inácio Lula da Silva. Foi o 35º presidente do Brasil, em exercício de 2003 a 2011.

campus de Ribeirão Preto (USP). Para um grupo de estudantes do campus, a iniciativa proposta nas Diretrizes indica procedimentos, materiais e ações a serem desenvolvidas, segundo elas “A apresentação das Diretrizes, bem como sua adoção na USP, pode criar um canal efetivo para as notificações/relatos dessas situações, favorecendo a adesão a procedimentos efetivos” (MAITO; PANÚNCIO-PINTO; SEVERI; VIEIRA, 2019, p. 9).

Outra experiência, ainda no estado de São Paulo, aconteceu em uma universidade do interior, que mapeou casos de violência de gênero através da aplicação de questionário online, disponibilizado entre os meses de maio e outubro de 2018, com estudantes de cursos presenciais. Como resultado obtiveram 2.227 respostas, apontando que frente as “situações de violência de gênero no âmbito universitário, a pesquisa mostrou que 74,4% dos/as estudantes já presenciaram algum evento que entenderam ser violência e 36,1% já sofreram algum tipo de violência de gênero”, evidenciando também que das estudantes que afirmaram ter sofrido violência, os tipos que se destacaram, foram: “psicológica (77%); moral (65%); sexual (31%) e física (12%). No caso da violência sexual, o assédio (40%) e a exploração sexual (33,3%) foram os mais citados, seguidos de estupro (6,93%) e atentado violento ao pudor (4,13%)” (MONTRONE; FABBRO; DIAS; FUSARI; MOREIRA, 2020, p. 12).

A pesquisa de Anna Terra Basso (2017) discorreu sobre a violência na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF, a partir da aplicação de um questionário, que fora respondido por 194 mulheres, dentre elas alunas (93,8%), professoras (2,6%) e servidoras (3,6%). Quando questionadas sobre ter vivenciado algum tipo de violência dentro da UFF, 54% das participantes disseram que sim e 46% responderam negativamente, apesar disso, Basso (2017) observou que “92,9% das mulheres apontaram ter presenciado piadas machistas no âmbito da Faculdade ou em grupos virtuais a ela relacionados enquanto aquelas que sofreram ou presenciaram piadas machistas nos mesmos espaços alcançam os 75,9%” (p. 44). A autora constatou que dentre os tipos de violência, a que mais se destacou na UFF pelas participantes foi a violência psicológica e moral, praticada em sua maioria por professores, alunos e servidores.

Seja com recorte de Curso, Faculdade de Ensino ou *Campi* de universidade, a violência contra as mulheres continua sendo uma prática dentro das IFS. Assim, na perspectiva de combater a violência dentro da UFPB, a CoMu representa um avanço para as mulheres que convivem nos seus espaços, como acentua a professora Mandacaru *Então esse comitê hoje é uma das grandes conquistas desse movimento que se inicia em 2017, foi o primeiro Seminário Mulheres e Universidade que já apontava pra esse comitê, a gente ainda não sabia o formato,*

não sabia se ia ser núcleo, se ia ser um comitê, o quê que ia ser, até que a gente chegou nesse formato de comitê que precisa avançar muito né? A gente tem uma equipe muito reduzida, uma sala ainda que não dá conta pras demandas, mas como esse comitê apesar de todas as dificuldades que ele vem tendo né pra funcionar, vem contribuindo efetivamente pra o combate da violência contra a mulher na UFPB (professora Mandacaru).

As professoras falam da CoMu com muita satisfação por tratar-se de uma conquista das mulheres da UFPB frente a questão da violência que atravessa nossas vidas dentro ou fora dos muros da universidade. Quanto ao campus IV, a professora Baraúna diz *Eu sinto que quando a gente criou a CoMu a procura pela direção de centro pra essas denúncias diminuiu enormemente, mas ai eu nem consigo lhe dizer se é porque houve uma procura maior a CoMu ou se em função do trabalho que a gente fez realmente diminuiu o número de assédio, me parece mais isso, que as coisas começaram a ficar mais controladas, os assediadores diminuíram as suas práticas porque houve realmente uma diminuição muito grande nas queixas apresentadas. Mas, é claro que isso é decorrente não daquilo que a gente faz no campus IV, mas de agora todo mundo entender “Ah! A gente hoje tem um setor que é responsável diretamente por acolher e por encaminhar efetivamente esses casos”, porque quando demanda só da gente esse encaminhamento é muito difícil (professora Baraúna).*

O movimento protagonizado pelas mulheres em torno da criação e consolidação da CoMu como política institucional tornou o Comitê conhecido na comunidade acadêmica, como acentuaram as professoras. Além da popularização no espaço acadêmico, a atuação da CoMu ultrapassou os muros da universidade, *então isso é fundamental e uma outra coisa também que é bem interessante é que esse comitê já se tornou referência para rede de atendimento a mulheres em situação de violência da Paraíba, então, a delegacia da mulher quando vai uma aluna ou uma servidora ela já encaminha pra CoMu, então no Centro de Referência chega lá uma mulher “Ah, é professora, técnica, é aluna” então já também encaminha essa mulher pra CoMu, então já virou uma referência dentro do próprio serviço porque o comitê faz parte da Reamcav²¹ que é exatamente essa rede estadual de mapeamento e enfrentamento a violência contra a mulher (professora Mandacaru).*

Evidente que há muito para avançar, no entanto, ainda no processo de implementação da CoMu foi possível perceber algumas fragilidades, primeiramente *Quando nós pensamos no projeto da CoMu, a gente pra conseguir dar o primeiro passo acabou não pensando em núcleos*

²¹ Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência na Paraíba.

da CoMu nos campi do interior né, a gente pensou em representações dos campi dentro do Conselho Gestor, mas não em núcleos, talvez essa seja mudança que vai demandar energia pros próximos passos, aliás vai demandar energia da gente pros próximos tempos (professora Baraúna). As professoras ressaltam a negligência direcionada a criação do comitê por parte dos órgãos superiores da universidade, visto que houve diálogo direto com a então reitora, ela topou abrir a COMU, mas no processo de implementação houve um abandono total do comitê e isso a gente tem que ter cuidado pra não revitimizar as mulheres que procuram o serviço[...], uma tentativa de boicotar ali a CoMu, porque não ofereceu todas as condições pra CoMu funcionar, então só tem uma coordenadora, a vice-coordenadora e uma assistente social, que era pra ter duas assistentes sociais, duas psicólogas, técnicas assistentes administrativas duas, então a gente não tem nem 50% da equipe né? E a sala não comporta mais porque tem estagiárias, então a sala é muito pequena (professora Mandacaru).

Para a professora Baraúna É um desafio enorme, a própria estruturação da COMU é um desafio muito grande, porque ela foi criada, mas não está estruturada como deve pra dar conta do desafio que a gente tem enquanto universidade, como levar essa política mais institucionalizada para os campi fora de sede e pro Fórum de mulheres os desafios diários. Muda muito a atuação do Fórum com a criação da COMU, porque inicialmente a gente acolhia as denúncias, a gente muitas vezes encaminhava porque não tinha outra instância, hoje não, quando mulheres vítima de violência procura o Fórum temos como encaminhar diretamente a COMU, então muda muito a própria razão de ser do Fórum né (professora Baraúna). Apesar disso, as professoras mostraram entusiasmo com as mudanças provocadas pela institucionalização da CoMu e reforçaram a importância do Fórum de mulheres na fiscalização da atuação da CoMu na universidade. Vale ressaltar que a CoMu e o Fórum de Mulheres são instâncias diferentes, como explica a professora Mandacaru o Fórum é uma organização política e a CoMu é uma política institucional, só que o Fórum ele tem aí uma função política de fiscalizar o funcionamento da CoMu e cobrar que esse serviço ele funcione e ele funcione dentro da proposta da resolução (professora Mandacaru).

A professora projeta as próximas lutas considerando o cenário atual da universidade, e agora a gente vai passar por outro momento que é a eleição da COMU que vai ser dia 27 agora de novembro, vai mudar a coordenação e a gente tá sob intervenção na UFPB, a gente tá aí ainda nessa luta, a gente vai passar aí por outros problemas, eu espero que quando você for apresentar esse trabalho você possa fazer a retificação de que as reitoras eleitas foram empossadas, mas que no momento a gente tem um interventor (professora Mandacaru). A

professora fala sobre a conjuntura da universidade diante da última eleição para a reitoria, na qual a comunidade acadêmica e o conselho gestor (composto pelo CONSUNI, CONSEPE E CONSELHO CURADOR) elegeram a Chapa 2, composta pelas professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, com a soma de 964,518²², entretanto, ferindo a democracia e autonomia da comunidade acadêmica, o atual presidente Jair Bolsonaro nomeou o candidato da Chapa 1, Valdiney Gouveia e vice Liana Albuquerque, menos votado na consulta universitária, somando 106,496 e sem obtenção de voto no conselho gestor. Imediatamente a comunidade acadêmica mobilizou-se e a Ocupação Alph²³ resistiu durante quarenta dias em frente ao prédio da reitoria contra as intervenções nos institutos federais - IFS, promovendo debates, oficinas, aulas públicas, manifestações artísticas e culturais, bem como fazendo ecoar as vozes do movimento estudantil organizado.

Ainda no contexto de intervenção, a eleição para a nova coordenação da CoMu ocorreu e a professora Jurema ressaltou o importante trabalho feito pela primeira gestão (2018-2020) *lembrando que a COMU foi fruto da militância e foi fruto das exigências das mulheres da UFPB a partir daquele primeiro seminário que aconteceu em 2017 e a audiência pública que aconteceu depois, então assumindo agora junto com Bromélia²⁴ a COMU, justamente com essa perspectiva de pensar como a gente possa garantir uma política de gênero para as mulheres dentro da UFPB, e aí é pensar política de segurança para as mulheres, é pensar política de prevenção e enfrentamento a violência, mas é também pensar a inserção e garantia de direito das mulheres dentro do espaço acadêmico, do espaço científico e do espaço extensionista (professora Jurema), passos importantes na concretização das demandas apresentadas pelas mulheres no I Seminário. Sobre isso, o art. 5 da resolução n° 26/2018 diz que a política de prevenção e enfrentamento a violência será transversalizada entre os eixos ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de alcançar diferentes esferas da comunidade acadêmica, eliminando todas as formas de violência.*

A professora Mandacaru fala sobre dois projetos de extensão, que são voltados para o debate sobre as mulheres, ela apresenta o *projeto “As mulheres ocupam as praças” que é um projeto voltado pro bairro do Castelo Branco, tendo a praça como um espaço onde as mulheres*

²² Consulta pública disponível em: <<https://www.ufpb.br/consulta/contents/documentos/boletim-de-apuracao.pdf>>

²³ Em memória do estudante Clayton Tomaz Souza, conhecido como Alph, que foi assassinado em 2020. Ele era conhecido pelo engajamento no movimento estudantil da universidade e pouco antes de sua morte vinha denunciando abusos de poder dentro da instituição.

²⁴ Pseudônimo.

geralmente se reúnem, é um bairro que tem muitas praças, que tem a cultura da praça né, o Castelo Branco. Então ali as mulheres se reúnem no final de tarde, que vão levar as crianças para brincarem, vai levar na escola, vai buscar ou levar a criança na escola passa pela praça, então a gente tem ali todo um envolvimento com essa ideia da praça e também de abordagem dessas mulheres do bairro e pra discutir a sua condição de mulher num bairro, aí entra a violência, direitos, e sempre através também de uma educação permeada pela cultura e arte, então a gente coloca o cinema na praça, a gente coloca dança, teatro, é um projeto incrível e tem várias colegas que fazem parte da equipe do projeto que moram no bairro, praticamente 90% da equipe do projeto são mulheres que moram no bairro do Castelo Branco, então ainda tem essa característica né? (professora Mandacaru)

A professora apresenta também outro projeto que é Mulheres e Universidade, que dialoga diretamente com o Fórum de Mulheres, então a gente já dedicou um ano inteiro de formação sobre perspectiva teórica sobre o movimento feminista, teve um ano que foi um projeto pra dialogar com a agenda política do movimento feminista, então todo mês tinha ali de acordo com o movimento feminista a gente tava dialogando e construindo atividades (professora Mandacaru). No campus IV, a professora Baraúna relembra o projeto pretendido ano passado, 2020, eu tive a ideia de criar um projeto de extensão que foi o projeto intitulado Mulheres no vale do Mamanguape (professora Baraúna).

A Resolução n° 26/2018 trata sobre os objetivos, estruturação e funcionamento da CoMu, de acordo com o art. 3° a “CoMu tem por finalidade construir, implementar e promover coletivamente uma Política de Prevenção e Enfrentamento à violência contra as mulheres na UFPB, em todos os campi” (CONSUNI, 2018, p. 1), atuando em três setores: prevenção, acolhimento e orientação e enfrentamento à violência contra a mulher, destacando o Parágrafo único do art. 8° o qual frisa que todas as instâncias devem ser ocupadas exclusivamente por mulheres. Um elemento importante na constituição do comitê está na concepção de violência que se baseia, de acordo com o art. 6°

Para efeitos deste regimento, compreende-se a violência contra as mulheres nas formas: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, institucional e simbólica, que pode se expressar pela falta de segurança vivenciada pelas mulheres; pela precária assistência estudantil e déficits na garantia de estudo e trabalho para as mulheres, especialmente para as mulheres gestantes, mães e deficientes; por um cotidiano de racismo, lesbofobia, bifobia e transfobia; bem como, pela ínfima participação e representação das mulheres nos espaços de poder, especialmente das mulheres negras, LBTs e indígenas. (CONSUNI/UFPB, 2018, p.2)

Neste sentido, a institucionalização do comitê *quando ela vem ela traz ai essa contribuição importante, de não deixar processo ser arquivado, pedir esclarecimento porque o processo não tá andando, orientar aluna ou servidora de que ela pode fazer assim, de que ela pode procurar direitos, então é uma nova da UFPB, uma fase difícil até pela estrutura e as condições da equipe de trabalho, mas que traz aí esse fôlego de acolhimento às mulheres em situação de violência (professora Mandacaru)*. O comitê é composto por três setores, são eles: Setor de prevenção, Setor de Acolhimento e Orientação e Setor de Enfrentamento; e de acordo com a resolução possuem as seguintes funções:

Art. 11. O Setor de Prevenção será responsável por desenvolver ações de prevenção das violências contra as mulheres na UFPB, através de campanhas de combate à violência a Mulheres e às discriminações de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade; e oferta de formação e apoio institucional aos profissionais da UFPB no sentido de prevenir e coibir a violência contra as mulheres na instituição.

Art. 12. O Setor de Acolhimento e Orientação deverá: acolher as vítimas de violência na UFPB; desenvolver atendimento com escuta ativa e sigilo das mulheres vítimas de violência na UFPB; realizar procedimentos de registro; realizará o encaminhamento aos setores competentes e o monitoramento das denúncias de violências contra as mulheres na UFPB; acompanhar a vítima no processo de denúncia; encaminhar para os serviços da rede interna e externa à UFPB.

Art. 13. O Setor de Enfrentamento deverá enfrentar as violências contra as mulheres na UFPB e desenvolver ações no campo do serviço social e da psicologia. (CONSUNI, 2018, p. 4)

A expectativa para os próximos anos é que a CoMu possa avançar frente uma política efetiva de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no campus, que segundo uma das coordenadoras do Fórum o III Seminário Mulheres e Universidade teve o objetivo de *elaborar esse documento com essa política pras mulheres da UFPB, essa política de acolhimento às mulheres e de enfrentamento a violência, então essa política é o nosso xodó, ela foi construída de forma muito ampla, ela foi construída de uma forma representativa, sabe? das mulheres que estavam participando, as pautas foram bem amplas pra conseguir dar conta das situações bem diversas de violência e opressão que a gente passa na UFPB*.

Esse documento mencionado pela coordenadora foi entregue pela CoMu e está em tramitação na universidade, por envolver diferentes setores da universidade o documento pode passar por alterações na redação sendo encaminhado ao CONSUNI não no formato que foi construído pelas mulheres, mas *ela é o que a gente vai defender porque está super completa e é uma referência pra várias universidades né? porque ele inspira outras universidades a fazer*

esse caminho institucional também, porque a gente entende que só ter a CoMu também não é suficiente se não tiver um embasamento institucional pra legitimar as ações que elas realizam nesse espaço e pra conduzir as situações de violência, acolhendo as mulheres e combatendo a violência.

À vista disso, as professoras reconhecem que ainda há muito para avançar, mas ressaltam os importantes passos das mulheres e conquistas do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, mesmo diante de conjunturas políticas desfavoráveis, seja a nível de universidade como nacional. Finalmente, as mulheres estão resistindo, existindo e marchando na luta por uma universidade inclusiva e livre de violências.

4 NÓS, FEMINISTAS

De tantas formas diferentes iniciei este capítulo, todas elas tentando colocar na linguagem sentimentos que reverberam dentro de mim, não poderia chegar até aqui sem falar das implicações que está formação me trouxe, sou eu nesta pesquisa, estou viva no texto e necessito dizer. Neste sentido, não há maneira outra de começar que não falando sobre a maternidade, que trouxe ao primeiro ano de Mestrado sentimentos de amor e dor, minha nova realidade já sentida por outras companheiras de luta passou a ganhar forma e deixar marcas, principalmente pelo modo como vivemos a maternidade na sociedade.

No entanto, ao contrário da culpa que nos ensinam a direcionar as crianças, eu responsabilizo a sociedade civil, os governantes e o sistema patriarcal que reforça e mantém a cargo de nós mulheres a responsabilidade total pelos nossos filhos e filhas, eu senti a falta de uma rede de apoio, de assistências e políticas efetivas que me possibilitassem viver minimamente os eixos ensino, pesquisa e extensão, mas a universidade não pensa o seu espaço para nós, ela continua dizendo dia após dia “seu lugar não é aqui”, eu tive que me refazer dentro da universidade, havia me tornado um corpo estranho, invisível, as não pensadas, as mães. Os desafios para manter-me dentro do espaço acadêmico foram somados aos atravessamentos da pandemia da COVID-19, que trouxe uma nova configuração dentro de casa, além dos transtornos emocionais causados pelas mortes decorrentes da COVID-19 e irresponsabilidade do governo atual. Além disso, o estado emergencial de isolamento reconfigurou também os rumos da pesquisa, que precisou se adaptar as novas dinâmicas de interação social.

Sob outra perspectiva, realizar essa pesquisa me aproximou de três lugares que passei a ocupar de forma abrupta, ao mesmo tempo em que eu me inseri na pós-graduação, eu engravidei e eu não quis perder o vínculo com coletivos, porque minha experiência dentro do movimento estudantil e no Fórum fizeram com que eu desejasse estar também organizada dentro da universidade, contribuindo e somando junto as entidades de base. No entanto, eu senti muita dificuldade de estar inserida em algum movimento justamente pelas questões da maternidade, a universidade no formato que temos hoje ainda não pensa seu espaço para as mulheres que são mães. Então, essa pesquisa me aproximou da maternidade, da militância e da produção de conhecimento quando nesse lugar eu realizo um estudo sobre as narrativas de três professoras que estão organizadas dentro da universidade e duas delas trazem fortemente o debate da maternidade, de como ela atravessou as experiências acadêmicas da professora Jurema, sobretudo nos processos seletivos, e como a professora Mandacaru nos ensina sobre criação

sob pressupostos feministas, e para a professora ser feminista é uma concepção, não somente no campo teórico, mas um projeto de vida.

Então essas mulheres me ensinam sobre maternidade e militância dentro e fora da universidade, mostrando que estão batalhando por espaço e lutando para que outras mulheres também tenham oportunidades. Elas foram e são atravessadas pela maternidade e estão reivindicando políticas efetivas que acolham as mulheres da UFPB que são mães, com criação de mecanismos de permanência para as estudantes de graduação e pós-graduação, que tenham espaços de acolhimento para as crianças, fraldários nos centros de ensino, brinquedotecas, rede de apoio garantida nos regimentos e políticas institucionais, dentre outras demandas.

E, por fim, me aproxima da docência, elas conseguem levar o feminismo para a prática profissional desde a escolha das referências, como faz a professora Mandacaru ao valorizar a produção científicas das mulheres negras, pensando projetos com e para mulheres, debatendo a questão das mulheres na profissão, aos espaços de gestão dos Centros trazendo a institucionalização das pautas feministas, como se debruça a professora Baraúna. Para início de conversa, esses três lugares são para mim de muita potência e as experiências narradas pelas professoras provoca uma identificação natural, é a história de três mulheres que também diz sobre a história de outras mulheres.

Isto posto, neste momento, organizo as considerações a partir dos eixos: trajetória pessoal e acadêmica, Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (a CoMu), tendo em vista que foram os elementos que nortearam as narrativas das professoras e como a própria narrativa foi sendo organizada através das experiências e episódios contados. Cabe ressaltar que a pesquisa se propõe a uma tentativa de narrar sobre a trajetória de três professoras feministas vinculadas ao Fórum de Mulheres em Luta da UFPB.

A história de vida das professoras Mandacaru, Jurema e Baraúna são diferentes quanto ao percurso traçado até o Fórum de Mulheres, apresentando elementos importantes para refletir a condição das mulheres na sociedade e a importância de uma criação sob pressupostos feministas. A professora Baraúna expôs que teve a trajetória marcada pela violência e ao se ver diante de casos de assédio no campus IV se mobilizou no sentido de criar mecanismos institucionais para coibir a violência praticada contra às mulheres, neste cenário a professora foi se aproximando de ONGs que discutiam o feminismo e questão da violência e aos poucos criou-se um movimento de mobilização no campus IV, como conquista conseguiram colocar mulheres na equipe de segurança do campus IV, realizaram a Marcha das Vadias em 2015 na cidade de Rio Tinto-PB, além da construção de uma agenda para o mês de março de 2016 e

posteriormente a construção do Fórum de Mulheres; Já a história de vida da professora Jurema é a todo momento interpelada pelas questões de gênero, inicialmente de forma positiva quando narra experiências de igualdade em direitos e deveres com seus irmãos homens, e mais tarde quando se vê atravessada pelas questões da maternidade no contexto universitário e também pela aproximação com as questões de gênero na Psicologia, situações que foram guiando a professora até as primeiras plenárias do Fórum de Mulheres, quando ainda nos denominávamos Articulação das Mulheres da UFPB e hoje compondo a coordenação da CoMu na perspectiva de garantir uma política de gênero para as mulheres; E temos a professora Mandacaru, ela respira luta e transborda esperança de uma sociedade mais justa, sua trajetória iniciou no movimento estudantil, construiu centros acadêmicos e foi representante das Regionais do Serviço Social, compôs movimentos feministas no estado Pernambuco quando estudante de Mestrado. Na UFPB têm direcionado suas atividades de pesquisa, ensino e extensão para o debate sobre a condição da mulher na sociedade, fez parte da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, depois veio a greve internacional das mulheres em 2017 e a professora construiu coletivamente com outras companheiras o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB.

A convocação para a primeira plenária de mulheres para o 8M fez surgir entre as mulheres o desejo pela auto-organização, uma série de ações e conquistas foram marcando a trajetória do movimento, foram elas: O ato 8M em João Pessoa em 2017; O I Seminário Mulheres e Universidade: Por uma política institucional de combate às opressões em abril de 2017; A criação do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB no dia 26 de maio de 2017; II Seminário Mulheres e Universidade: Juntas contra o racismo, o machismo e a LBTfobia em julho de 2018; A criação da CoMu no dia 28 de setembro de 2018 em sessão do CONSUNI; com Resolução publicada em 16 de novembro de 2018; III Seminário Mulheres e Universidade: Construindo a Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB em novembro de 2018. O Fórum tem se consolidado dentro da universidade, mas constrói outros espaços, junto a coletivos e movimentos de base, atos e movimentos diversos na luta contra o racismo, machismo, a LBTfobia e todas as formas de discriminação.

As professoras falam da CoMu como a grande conquista desse movimento que elas estão inseridas desde 2016, sendo a primeira experiência de política institucional de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no país, servindo de inspiração para outros coletivos e grupos, diálogos já iniciados com companheiras de universidades de outros estados. Por outro lado, a universidade precisa dar condições para que a CoMu possa atuar, tendo em vista existe uma demanda de atendimento e as mulheres estão operando em um espaço pequeno, onde não possuem 50% da equipe e com falta de investimento por parte da gestão da UFPB.

Além do exposto, trago o elemento central desta pesquisa, a narrativa. Confesso que colocar minhas vivências na linguagem mexeu com sentimentos, encerrou ciclos e abriu espaço para novas histórias. A experiência de contar uma história foi envolvente, eu realmente tentei retratar com a riqueza de detalhes e sensibilidade que os eventos pediam, assim como as histórias das professoras Mandacaru, Jurema e Baraúna, que se cruzam e transformam junto com outras companheiras a história da universidade. Em outras palavras, o feminismo aproximou mulheres discentes, docentes, técnicas-administrativas e mulheres que convivem na UFPB para mexer com o vespeiro e lutar contra o machismo, racismo, transfobia e qualquer forma de discriminação e violência dentro da universidade.

Por fim e como uma despedida desta pesquisa que me atravessou na carne e na alma, faço uma tentativa de refletir sobre o feminismo, debate que perpassou toda a narrativa das professoras. Neste sentido, questiono-me: O que é feminismo? Essa pergunta têm surgido com muita frequência na minha cabeça, me pego revisitando cenas do meu passado em que essa palavra “fe-mi-nis-mo” costumava aparecer nas cenas mais simples do meu cotidiano, num sábado de faxina em família, no retorno da minha mãe a escola para concluir o ensino fundamental, na própria criação que recebemos e, por falar em criação, dirijo-me novamente ao livro *Para educar crianças feministas* da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que se trata de uma carta respondendo à pergunta de uma amiga sobre como deveria criar sua filha para que seja feminista, encontrei-me em vários ditos da querida Chimamanda e timidamente senti a vontade de escrever uma carta para minha pequena Flora, sobre como tem sido nós, mas também para outras mulheres que também são mães. Então eu espero que você escolha ser destinatária desta carta.

Querida Flora,

está próximo de você completar dois anos de vida e durante a tua espera alimentei dentro de mim a ideia “minha filha será feminista”, afinal, ao meu ver seria um caminho natural a seguir, mas a tua criação tem me ensinado tanto sobre amor, diferença e liberdade; O teu olhar carrega o mundo inteiro e penso como poderia eu te criar como feminista? Uma parte de mim gostaria de te contar histórias da minha infância e como minha típica família ensinou sobre acolhimento, companheirismo e respeito, eles foram essenciais para a minha jornada até você... Por outro lado, gostaria de fazer o exercício de pensar sobre uma criação feminista e quem sabe num futuro próximo você possa me responder...

1- Para começar com algo que considero importantíssimo, incorporo a primeira sugestão de Chimamanda, que diz “Seja uma pessoa completa”, esse processo que eu não considero acabado é por vezes doloroso, por vezes prazeroso. Te confesso minha flor, é bom

sentir-me minha novamente, reconhecer-me no espelho, fazer planos, as pequenas coisas passam a ter valor incalculável (por exemplo: tomar um banho demorado, ouvir o som do próprio pensamento) e são tão significativas, sabe? Precisei estar bem para sentir que estava cuidando bem de ti e é isso que desejo para outras mulheres que também são mães, que façam por elas algo que as deixem realizadas como pessoas, como mulheres... Afinal, existem ‘tantas’ dentro de nós, somos fera, fogo, carne e luta, somos a mão que ergue o mundo, somos ancestralidade, desejamos o impossível e isso não deve ser anulado. Eu quero viver, eu quero sorrir, quero ter a chance de aprender com meus erros, quero ter o direito de ser irresponsável (e por que não?), quero sentir frio na barriga, quero ver e conversar com minhas amigas, quero sentir a pele quente de outrem, quero correr, voar, amar, quero-te livre também e para ser morada da tua liberdade eu preciso vivê-la em plenitude. Sou mãe (somos mães), mas sou muitas (somos muitas);

2- Por falar em liberdade, sugiro praticar a liberdade. Confesso que é um desafio sair da zona de conforto dos adultos que acham que as crianças não tem vontades, “gôsto ou querê”, você chegou cheia de atitude e mostrando desde muito cedo o que quer e o que não quer, tem sido bom demais te proporcionar o gostinho das pequenas liberdades e escolhas. Uma escolha que se tornou pauta em vários momentos foi a de não furar a tua orelha, é teu corpo e quero que você aprenda a decidir sobre ele. Outras escolhas simples acontecem no dia-a-dia, como sentar-se da forma que achar confortável, escolher a sandalhinha, as brincadeiras e suas regras, o alimento porque meu desejo é que aprecie os sabores e tenha uma relação para além de saciar a fome, sendo tão seletiva com o alimento do corpo como o alimento da alma; possibilitar essas e outras experiências me parece um caminho da criação numa perspectiva feminista, que deseja não só verbalizar, mas praticar a autonomia;

3- Terceira sugestão: Ensinar a ter confiança. Você sempre se mostrou corajosa, as pessoas ao redor parecem se assustar e o que posso dizer? Estamos fora da caixinha. Você é uma criança curiosa e tem liberdade para ser, seu instinto de cientista prestes a descobrir o mundo te leva a explorar a casa inteira a seu modo, sobe e desce cama, sofá, janelas, mesa... explora os armários, adora as panelas, ama brincar com água, correr, pular na cama, dançar, comer, jogar bola, transformar as paredes em telas e você pode tudo! com supervisão de um adulto, claro. Hoje penso que um caminho é fazê-la sentir a mesma confiança que tenho em você, seja curiosa, explore, imagine e principalmente, seja corajosa;

4- Desde a barriga sempre conversamos muito, você nasceu e não fiquei surpresa de ver quão expressiva és, com o olhar, as mãozinhas, as expressões faciais e corporais... por isso, minha quarta sugestão é: Ouçam o que dizem as crianças. Acredito que pressupostos de

uma criação feminista está em possibilitar as mesmas experiências de voz e vez que desejamos em uma sociedade justa, visto que nós mulheres estamos décadas a fio gritando para sermos ouvidas - de fato. Por isso, considero importante que na criação as crianças possam se sentir ouvidas, acolhidas e livre para expressar seus sentimentos. E, talvez, nossas maiores aprendizagens venha da sabedoria das crianças;

5- Brinquem com as crianças. Estamos com os olhares tão viciados em enxergar o mundo de forma racional que esquecemos quão gostoso é um riso de criança brincando de se esconder. Brincando nos conectamos com nossos filhos e filhas. Este é um espaço de criação feminista, espaço possível para apresentar uma diversidade de brinquedos independente do sexo da criança e permiti que ela seja livre para escolher com o quê, como e onde brincar. Meninas e meninos são livres para usar a imaginação e a brincadeira é uma ponte entre imaginação e realidade, permitindo por um lado realizar atividades doméstica brincando (exemplo: arrumar os brinquedos, lavar a louça, cozinhar) como brincando de casinha, boneca, avião, caminhão, cozinha, astronauta, corrida, entre outras brincadeiras que remetem profissões e/ou espaço público e privado. A questão que está posta é apresentar possibilidades e juntar-se à brincadeira. O desafio será para nós adultos, inscritos numa dinâmica cultural capitalista entrarmos no mundo da imaginação, com alma livre de preconceitos e vivermos a simplicidade das crianças, sem distinção, sem violência e sem discriminação;

6- Estava grávida de você quando li seu primeiro livro (Até as princesas soltam pum) e por um tempo ele foi seu preferido, até a chegada do livrinho Porcolino e Mamãe, esse livro diz tanto sobre nós e por isso minha sexta sugestão - também inspirada na Chimamanda N Adichie - é: leia com as crianças e ensine-lhes o gosto pelos livros. A leitura aguça a sensibilidade no mundo das artes e das ciências. A leitura pode auxiliar as crianças na leitura do mundo, configurando-se numa oportunidade de apresentar livros que abordem temas ligados à diversidade, respeito, igualdade, gênero, democracia e temáticas consideradas importantes na criação de uma nova geração (de acordo com a faixa etária da criança). Ler junto une imaginação, exploração do mundo e principalmente afeto;

7- Sétima sugestão: questione. As crianças são curiosas, são pequenas investigadoras com lupas de imaginação e incentivar a curiosidade é um passo importantíssimo na desconstrução das desigualdades sociais, por isso tente não se chatear com os milhares de “por quê?”, ao contrário, questione-se também, pense junto, aprenda, devolva a pergunta... e que esse questionamento um dia se transforme em ação;

8- Já havia falado aqui sobre ouvir, agora a minha sugestão é: conversar. O diálogo é a base de qualquer relação e não seria diferente ao se tratar de uma criação feminista, por

isso conversem muito com as crianças, conversem sobre tudo e tenham conversas honestas, a começar pela infância;

9- Seja espelho. Nunca entendi porque meu pai sempre falava quando comia verduras ou queria nos mostrar a importância de algo “vou fazer pra dar o exemplo”, hoje eu olho pra você e penso “sou um exemplo” e aprendi com você a falar além da pronúncia das palavras, como por exemplo te ensinar sobre feminismo na aceitação do meu corpo, no acolhimento as pessoas, sobretudo as mulheres, rompendo o ciclo da competitividade incitada pelo machismo, na realização das tarefas domésticas independente do sexo (vivi o mesmo na minha infância), no trabalho diário para garantir minha independência financeira e nosso sustento (muito importante para nós mulheres), entre outros exemplos. Aprendi que minhas ações dizem muito e espero ser capaz de nutri-la diariamente do feminismo para que um dia te ouça pronunciar tão esperada frase: eu sou feminista.

Estou consciente de que apenas isso não basta, temos uma longa jornada frente uma criação com bases feministas, afinal essas nove sugestões são frutos da nossa experiência e vistas sob minha ótica, de mãe e feminista, pois entendo que o feminismo não é um objeto ou um acessório que a gente usa no ato e tira em casa, o feminismo como bem disse o tio Rê é para mim uma filosofia de vida, eu vivo. Desejo que você cresça com experiências de autonomia, voz, amor e revolução, pois infelizmente minha pequena, a sociedade ainda não recebe a nós mulheres com dignidade, respeito e igualdade. Por sorte, cada dia damos um passo em direção ao futuro, você é o futuro e hoje eu afirmo: a revolução será materna e feminista, ou não será.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. 1, ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA, Dulcielly Nóbrega de. **Violência contra a mulher**. Brasília: Câmaras dos Deputados, 2020.
- ANJOS, K. F; SANTOS, V. C; SOUZA, R; EUGÊNIO, B. G. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. **Saúde em debate**. Rio de Janeiro, jul/set 2013. V. 37, n. 98, p. 504-515.
- ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.
- BARBOSA, Andréa da Rocha Rodrigues Pereira; MOTA, Camila de Moraes. Nem presa, nem morta: direitos reprodutivos no Brasil e o movimento feminista. **Revista Nordestina de História do Brasil**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 12-27, jul./dez. 2020.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 104, jan. 1992. ISSN 0104-026X.
- BASSO, Anna Terra Pereira. **Violência de gênero na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2017. Monografia (curso de Direito). Universidade Federal Fluminense. 76 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Ed. 2, Rio de Janeiro: 2009.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BERTH, Joice. **O que é: Empoderamento?** Belo Horizonte -MG: Letramento, 2018. 162p.
- BETTO, Frei. Marcas de batom: como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no Mundo. In: SCHNEIDER, L; MACHADO, Charliton. **Mulheres no Brasil: resistência, lutas e conquistas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 19-26.
- BIENARCKI, Patrick; WALDORF, Dan. **Snowball Sampling: problems and techniques of chain referral sampling**. Sociological Methods & Research, Cambridge-Massachusetts, v. 10. n. 2, nov, 1981. p.141-163.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf> Acesso em: 30, abr. 2021.
- BRASIL. **Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. **Lei n. 13.104 de 9 de março de 2015.** Para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.** n. 128, p. 85-103. São Paulo: 2017.

CALIXTO, Thyanne Guilherme. **Mulheres empoderadas?** Um estudo sobre protagonismo discente no curso de Pedagogia. Monografia (curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, 2018. p. 94.

CAMPOS, R. C; SILVA, K. A. T. **Gênero e empoderamento:** um estudo sobre mulheres gerentes nas Universidades. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR269.pdf. Acesso em: 27, mar. 2018.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Gênero e educação superior:** Apontamentos sobre o tema. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Usos e Incompreensões do Conceito de Gênero no Discurso Educacional do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 119-136, jan-abr, 2015.

COSTA, Márcia Rosa da. **Eu também quero falar:** um estudo sobre infância, violência e educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 181. 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. In: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

DINIZ, D; MEDEIROS, M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Cien Saude Colet.** v.15,(Supl. 1) p. 959-966. 2010.

DINIZ, D; MEDEIROS, M; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência e Saúde Coletiva.** v. 22, n. 2. 2017. p. 653-660.

FERRANDIZ, Elena. **O casaco de Pupa.** São Paulo: Jujuba, 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade.** v. 23, n. 79. Ago. 2002. p. 257-272.

- FIGUEIREDO, P. S; MARTINS, V. S. O feminismo interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. v. 5, n. 10, jul–dez, 2020. p. 334-344.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**. v. 21, n. 02. jul/dez. 2003. p. 371-389.
- FÓRUM DE MULHERES DA UFPB. **Seminário Mulheres e Universidade: Por uma política institucional de combate às opressões**. Relatório Final: João Pessoa, 2017.
- FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para a educação sexual. IN: FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Florianópolis, UDESC, 2008, p. 18-42.
- GALVÃO, Cecília. Narrativas em educação. **Ciência e Educação**. v. 11, n. 2. Ago. 2005. p. 327-345.
- GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22), 2004, p. 201-246.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*. Rio de Janeiro, v.3, n. 1, jan-abr. 2019. In: NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- KASS, Hailey. Similaridade e divergência entre as correntes Feministas Tradicional/Mainstream e o Transfeminismo. In: NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- KILOMBA, Grada. “The Mask”. In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010. [tradução] disponível em: Acesso em: 31, jul. 2021
- LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set/dez, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3, ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- MAITO, D. C; PANÚNCIO-PINTO, M. P; SEVERI, F. C; VIEIRA, E. M. Construção de Diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interfaces**. n. 23. p. 1-15. 2019.
- MENEZES, Greice; AQUINO, Estela M. L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2009. 25 Sup . p.193-204.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 9-27

MONTRONE, A. V. G; FABBRO, M. R. C; DIAS, T. C. M; FUSARI, L. M; MOREIRA, D. B. Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Gênero**. v. 21, n. 1. p. 6-23. 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

O DISCURSO DE ANGELA DAVIS NA WOMEN'S MARCH (tradução por Juliana Borges). Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-discurso-de-angela-davis-na-womens-march-traducao/>> Acesso: 31, jul. 2021.

OLIVEIRA, A. L. M; SILVA, R. J. F. Gênero na docência em Física: a pedagogia da pedra contra o labirinto de cristal. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 58, p. 1-23, out/dez, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Xicamanicongo, racismo, transfobia e o direito de amar. In: NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PARENT IS SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia**: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. Disponível em: <https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true> Acesso em: 17, jul. 2021.

PILECCO, Flávia Bulegon. **Aborto e violência sexual**: o contexto de vulnerabilidade entre mulheres jovens. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 141. 2010.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B; SZWAKO, J. E. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Dossiê Adolescentes Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva 2004. **Revista Rede Feminista**. Belo Horizonte. 65 p. Disponível em: <<https://redesaude.org.br/dossies-da-rede/>> Acesso em: 30, abr. 2021.

RICOLDI, Arlene e ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *Ex aequo*. 2016, n.33, pp.149-161.

SANTOS, Sayarah Carol Mesquita dos. **A dualidade na educação brasileira a partir da contrarreforma do ensino médio de 2016/2017**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. p. 148. 2021.

SCAVONE, LUCILA. Políticas feministas do aborto. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 16, n.2, p. 675-680, maio/ago, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. v. 15, n. 2, p. 72-99.1990.

SILVA, S. A; PÁDUA, K. C. Explorando narrativas: algumas reflexões sobre suas possibilidades na pesquisa. In: CAMPOS, R. C. P. R. (Org). **Pesquisa, Educação e Formação Humana**: nos trilhos da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UFSC. [MANIFESTO COLETIVO Mães da UFSC] SUA MÃE É MINHA, OU DE COMO O MÊS É DAS MÃES MAS OS DIAS SÃO DE LUTA. Disponível em:

<<https://ufscaesquerda.com/manifesto-coletivo-maes-da-ufsc-sua-mae-e-minha-ou-de-como-o-mes-e-das-maes-mas-os-dias-sao-de-luta/>> Acesso em: 17, jul. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução n° 26/2018**, que dispõe sobre a criação e a regulamentação do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB (CoMu), órgão assessor da PróReitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC. Conselho Universitário, 2018.

URPIA, A. M. de O. **Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico**: narrativas de um self participante. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia. 200 p.

VILAÇA, M; NEIVA, T. M; GREGORI, J; MAIA, J. O Fórum de mulheres em luta da UFPB: Visibilizando desigualdades na sociabilidade das mulheres na UFPB. In: **Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero**, XX, 2018, Salvador-BA.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**ARTICULAÇÃO FEMINISTA E DOCÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**”.

Declaro ser esclarecida e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **ARTICULAÇÃO FEMINISTA E DOCÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** terá como objetivo geral **conhecer a trajetória de militância feminista e prática docente de mulheres que compõem o Fórum de mulheres em luta da UFPB**.

À participante só caberá a autorização para discorrer sobre a questão geradora na **ENTREVISTA NARRATIVA** e não haverá nenhum risco ou desconforto à mesma.

- À pesquisadora caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- A participante poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para a mesma.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade das participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro às participantes voluntárias deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros à participante e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, a participante poderá contatar a equipe científica no número **(83)98805-2386** com **THAYANNE GUILHERME CALIXTO**, e-mail **thatygc@hotmail.com** e **KARINA MIRIAN VALENÇA**, e-mail **karinamirian@gmail.com**.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com a pesquisadora, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura da Participante

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questão gerativa: Como você descreve o atravessamento do feminismo na sua vida pessoal, profissional e de ativismo no Fórum de Mulheres em Luta da UFPB?